

27 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

Desembargador do TJ tira Cito da prisão

Defesa de ex-secretário, réu no escândalo dos uniformes, alega que não há perigo de fuga

Loriane Comeli
Reportagem Local

O desembargador José Maurício Pinto de Almeida, da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, concedeu habeas corpus ao ex-secretário de Gestão Pública de Londrina Marco Antonio Cito, que foi liberado ontem à noite da Penitenciária Estadual de Londrina 2 (PEL 2). Cito estava preso desde o último dia 21, por decisão do juiz da 3ª Vara Criminal, Katsujo Nakadomari, em razão do envolvimento em uma suposta quadrilha que teria desviado R\$ 3,8 milhões dos cofres municipais por meio da compra de uniformes escolares na gestão Barbosa Neto (PDT).

A reportagem não teve acesso à decisão. O desembargador acatou pedido da defesa e decretou segredo de Justiça no habeas corpus. "Existem algumas interceptações telefônicas no processo e queremos preservar a imagem do nosso cliente", disse o advogado de Cito, Maurício Carneiro. Almeida já havia indeferido o pedido de prisão do ex-secretário na semana passada, quando mandou para a cadeia o ex-prefeito José Joaquim Ribeiro (sem partido), que viajou para

Santa Catarina após confessar ter recebido R\$ 150 mil de propina das empresas que forneceram uniformes.

Mas, o Ministério Público (MP), que acusa Cito, Barbosa, o ex-prefeito José Joaquim Ribeiro e mais 16 réus de formação de quadrilha, corrupção, peculato, fraude à licitação e lavagem de dinheiro, insistiu na prisão e o juiz de Londrina entendeu ser necessária a prisão de Cito porque escutas telefônicas revelaram que ele teria discutido eventual fuga com seu advogado. Carneiro e o ex-secretário negam a versão apresentada pelo MP, sustentando que a conversa foi mal interpretada.

"O desembargador entendeu que a prisão foi ilegal acatando nossos argumentos de não havia perigo de fuga. Meu cliente foi preso na casa dele", disse Carneiro. O advogado acrescentou que Cito ainda não foi intimado para prestar novo depoimento ao MP e não comentou sobre eventual colaboração do ex-secretário com as investigações. "É uma decisão que ele tem que tomar. Não ponderei essa possibilidade com ele." Réus que colaboram com as investigações, apontando fatos novos, podem obter o benefício da delação premiada, como a redução de pena, em caso de condenação.

Cito já ficou preso por mais de dois meses, entre 24 de abril e 3 de julho deste ano, após suposta tentativa de suborno do vereador Amauri Cardoso (PSDB) para que votasse contra a abertura da Comissão Processante da Centronic (que mais tarde resultaria na cassação do mandato de Barbosa). Além de Cito, outros cinco aliados do ex-prefeito respondem processo criminal por este fato.

27 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Riqueza

Para não haver dúvidas de que o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná quer mesmo comprar cinco utilitários, pelo valor total de R\$ 947 mil, ontem o departamento de Patrimônio do TJ publicou um adendo ao edital. O documento restringe a oferta de veículos aos modelos conhecidos como Sport Utility Vehicle (SUV), em que bagagens e passageiros ficam "no mesmo ambiente". Os utilitários ficariam à disposição da Corregedoria e da Presidência do TJ, para viagens ao interior.

MAZZA

Reincidente

O Judiciário da terra é reincidente em falhas para o CNJ, embora menos graves do que as apuradas em 2009 com 113 incidências. Observação: usa o recurso de suspender processos para que não entrem na estatística protelatória. Hoje há maior fiscalização da mídia em torno de frota de carros, avião, helicóptero e também na resistência férrea à divulgação dos salários.

27 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Turma Recursal em Londrina

Uma comitiva de Londrina esteve ontem na sede do Tribunal Federal Regional da 4ª Região (TRF4), em Porto Alegre, para pedir a criação de uma Turma Recursal Federal para a segunda maior cidade do Paraná. O ofício com o pedido de instalação da Turma Recursal contou com o apoio da Prefeitura de Londrina, Câmara de Vereadores, OAB, Acil, Sociedade Rural do Paraná, Fiep, Coordenadoria da Região Metropolitana de Londrina e UEL. "O desenvolvimento caminha para o interior do País e a Justiça Federal também precisa se interiorizar", justificou Flávio Balan, presidente da Acil.

CLÁUDIO HUMBERTO

STF: escolha de Zavascki evitou pressão de Lula

Pareceu apressada a escolha do ministro Teori Zavascki para o lugar de Cezar Peluso, no Supremo Tribunal Federal, e foi mesmo. Mas nada teve com o julgamento do mensalão. Seu nome surgiu durante uma conversa da presidenta Dilma com o amigo Gilson Dipp, ministro do Superior Tribunal de Justiça. Ao bater o martelo, ela evitou a pressão que Lula já fazia para indicar o substituto de Peluso. Daí a "pressa".

Unanidades

O ministro Gilson Dipp, ele próprio uma unanimidade, mostrou a Dilma que o ministro Teori Zavascki seria sua melhor escolha. Ela aquiesceu.

O nome de Lula

Lula queria que Dilma indicasse um outro ministro, que ele nomeara para o STJ, também muito admirado no meio: Benedito Gonçalves.

MAZZA

Dostoiewski

Na visão de Isabel Mendes, conselheira da OAB em temas presidiários, de pouco adianta o governo retirar dois mil detentos das cadeias e transferi-los a penitenciárias se essas também se encontram saturadas, às vezes em situação bem análogas a das delegacias. Há quem diga que o clima nos estabelecimentos é de uma atmosfera de Dostoiewski.

27 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Improbidade em Maringá

Em Maringá, o Ministério Público (MP) ajuizou 13 ações civis públicas contra servidores encarregados de fiscalizar obras no município. De acordo com o promotor de Justiça José Aparecido da Cruz, eles realizavam projetos arquitetônicos para casas, sobrados e salões, recebiam pelo trabalho e contratavam engenheiros civis para assistirem os projetos. Alguns servidores acompanhavam até a tramitação de processos junto à prefeitura, para liberação dos alvarás de construção. O MP pede que a Justiça reconheça a ilegalidade das condutas dos servidores e as declare como ato de improbidade administrativa.

Nova Fátima

O registro de candidatura do atual prefeito de Nova Fátima (Norte Pioneiro), que tenta a reeleição, Nilson Xavier (PDT) - conhecido como Cabeça - foi cassado por decisão de primeira instância, terça-feira, assinada pela juíza eleitoral Paula Andrea Monteiro. Segundo a decisão da magistrada, o registro foi cassado por abuso de poder político. Filmes enviadas à juíza eleitoral mostrariam funcionários públicos municipais desfilando pela avenida principal de Nova Fátima num caminhão caçamba recentemente comprado pela prefeitura. O caminhão caçamba estaria acompanhado de carros com adesivos de propaganda eleitoral de Cabeça, e de um candidato a vereador.

Prefeito nega

Na defesa enviada pelo prefeito à Justiça Eleitoral, ele alegou que não estava na cidade no dia da "carreata" e negou que a intenção foi fazer campanha eleitoral com bens da prefeitura - a defesa ainda cita que ele teria reprimido os servidores e aberto um inquérito administrativo para apurar o ocorrido. A juíza eleitoral, no entanto, entendeu que "restou amplamente evidenciado pelas gravações apresentadas e ainda pelos depoimentos prestados que Nilson Xavier, prefeito e candidato à reeleição, praticou grave ato de abuso de poder político ao fazer uso de bens públicos para realizar propaganda e angariar votos, afetando a igualdade de oportunidades entre candidatos no pleito eleitoral". O candidato tem três dias para recorrer da decisão, contados a partir de hoje, ou a coligação tem dez dias para substituir o candidato.

27 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

Sistema penal está saturado, aponta OAB

Relatório informa que detentos são mantidos em locais inadequados

Curitiba - Uma vistoria realizada pela Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania (CDDH) da Ordem dos Advogados do Brasil - seccional Paraná (OAB-PR), constatou que o sistema penal do Estado encontra-se sem nenhuma condição de aumentar a população existente. Conforme os dados divulgados ontem, a comissão aponta que os presos, em sua maioria, são mantidos em estruturas e locais inadequados, em situação deplorável, e que pode piorar, a partir do momento em que as pessoas que hoje se encontram nas carceragens das delegacias de todo o Paraná, forem absorvidos pelas unidades prisionais.

O trabalho foi realizado a pedido da OAB Nacional e, conforme a CDDH, é um levantamento inédito sobre o sistema prisional paranaense. Os dados divulgados ontem se referem apenas a um item (capacidade e população) dos mais de 30 de todo o relatório.

As equipes da OAB-PR inspecionaram 25 unidades prisionais entre 7 de agosto e 14 de setembro. O relatório completo deve ser divulgado ainda neste ano e, de

**25 unidades
prisionais
foram
inspecionadas**

acordo com a vice-presidente da CDDH, Isabel Kluger Mendes, as visitas "in loco" nas penitenciárias foram determinantes para traçar um panorama das estruturas. Ela informou que as equipes conversaram com os funcionários, presos e administradores de cada local, verificaram a estrutura física e pessoal, oferta de trabalho, estudo e alimentação, entre outros itens. E o panorama é preocupante.

"O sistema penal está sem nenhuma condição de aumentar a população existente. Não há como levar adiante a proposta trazida pelas autoridades de fazer com que o sistema prisional absorva os presos das delegacias de polícia", disse Isabel. "Os presos, em sua maioria, são mantidos em estruturas e locais inadequados, com pouca infraestrutura para o trabalho, educação e outras atividades para garantir a ressocialização. Também não existe uma quantidade satisfatória de pessoal para trabalhar nas unidades prisionais", completou.

Conforme o relatório, existem hoje 15.413 presos nas penitenciárias, sendo que as vagas disponíveis somam 14.703, ou seja, há um excedente de 710 detentos. A OAB-PR destaca que a maioria dos locais têm problemas de superlotação e aqueles em que há vagas, não existe pessoal para dar conta dos serviços.

Entre os exemplos citados pela entidade está a Penitenciária Estadual de Londrina (PEL II), onde foram utilizadas 59 celas de isolamento, sendo colocadas camas para mais 144 presos, formando um trilíche. "O espaço entre a terceira e a última cama e o teto não ultrapassa 40 centímetros de distância, mostrando que as condições são absurdamente desumanas. Como conseguir recuperar um preso dessa maneira?", questionou Isabel. Na PEL I o excedente é de 106 presos. Mas o maior problema foi verificado na Penitenciária Estadual de Piraquara I (PEP I), na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), onde 693 presos são acomodados em 543 vagas, um excedente de 150 pessoas.

Segundo a CDDH, assim que o relatório completo ficar pronto ele será encaminhado para a OAB Nacional, governo estadual e secretarias de Justiça e Segurança Pública.

27 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

Justiça Eleitoral entra na briga entre Marcelo e Cheida

Paula Barbosa Ocanha
Reportagem Local

O candidato do PP para a Prefeitura de Londrina, Marcelo Belinati, usou um minuto da propaganda do peemedebista Luiz Eduardo Cheida, ontem no horário das 13 horas, como direito de resposta. A coligação Londrina Unida, encabeçada pelo pepista, ganhou uma representação contra o candidato do PMDB porque Cheida veiculou propaganda considerada "ofensiva" pelo juiz da 42ª Zona Eleitoral de Londrina, Luís Sérgio Swiech. A liminar, porém, foi revogada pelo desembargador do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) Rogério Coelho, ainda no dia de ontem. Agora, o PMDB quer recuperar o minuto perdido.

***Para coligação,
peemedebista
veiculou propaganda
'ofensiva'***

Na representação enviada à 42ª Zona Eleitoral, a coligação Londrina Unida, além do direito de resposta, pediu multa ao candidato do PMDB, porque o candidato teria descumprido uma liminar do dia 10 de setembro, que o proibia de usar propagandas consideradas ofensivas contra o pepista. O juiz determinou que não havia "num primeiro momento, nenhuma ilegalidade em se fazer afirmações do apoio político" de Marcelo nas propagandas de Cheida - que cita Ricardo Barros como apoiador do pepista -, mas que a ilegalidade estava em vincular o candidato a um grupo político chamando-os de "fichas sujas".

A decisão da 42ª Zona Eleitoral, publicada no dia 23, é parcialmente procedente,

porque não multou o peemedebista, mas deu direito de resposta a Marcelo, no horário da propaganda do candidato Cheida. O PMDB, porém, recorreu da liminar no TRE e conseguiu ainda ontem a revogação da primeira decisão. "Agora queremos que seja retirado um minuto da propaganda do Marcelo e acrescentado no Cheida, porque a perda é irreparável, ainda mais tão perto da eleição", alegou Antônio Caetano de Paula Júnior, advogado do comitê do PMDB.

Segundo o advogado da coligação do pepista, Frederico Reis, "toda vez que o PMDB ofender Marcelo", eles vão recorrer e pedir direito de resposta. "Nós tivemos essa liminar revogada, mas o mérito do direito de resposta ainda será analisado pelo juiz da 42ª, então vamos aguardar para comentar o assunto."

27 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

Justiça Federal determina fornecimento de remédios

Pacientes de Hipertensão Arterial Pulmonar de Londrina garantem direito de receber medicamentos através do SUS

Londrina - Os pacientes de Hipertensão Arterial Pulmonar da região de Londrina terão direito a receber as drogas Bosentana e Sildenafil através do Sistema Único de Saúde. A decisão favorável foi obtida esta semana e assinada pelo juiz da 1ª Vara Federal de Londrina, Roberto Lima Santos. A ação foi impetrada pelo Ministério Público Federal.

A sentença determina que a União estabeleça um Protocolo Clínico de Diretrizes Terapêuticas (PCDT) para a doença, incluindo as duas drogas entre os medicamentos discriminados para o seu tratamento.

A Hipertensão Arterial Pulmonar (HAP) decorre da elevação da pressão sanguínea nas artérias pulmonares, provocando esforço adicional do ventrículo direito do coração para bombear o sangue até os pulmões. O principal sintoma da doença é a dispnéia, dificuldade extrema de respirar.

De acordo com a decisão judicial, o Estado do Paraná está obrigado a adquirir os medicamentos e a União fica responsável pelo ressarcimento dos custos. Entretanto, o Estado do Paraná deve adquirir os medicamentos independentemente de repasse prévio dos recursos por parte da União.

Em nota, o MPF declarou que a decisão da Justiça "já está valendo e eventual interposição de recursos não implicará na suspensão dos seus efeitos, já que houve antecipação dos efeitos da tutela".

A assessoria da Secretaria Estadual de Saúde, no entanto, informou que os remédios ainda não foram incluídos no protocolo do SUS. O órgão informou que não foi notificado sobre a decisão judicial, datada do dia 24, segunda-feira.

Já o Ministério da Saúde informou, por meio da assessoria de imprensa, que o cumprimento de decisões judiciais é uma rotina do órgão. Somente no ano passado, a pasta gastou R\$ 266 milhões para garantir fornecimento de medicamentos e outros tipos de tratamento, além de serviços, determinados pela Justiça. Declarou ainda que está acompanhando o caso de Londrina, mas que a consultoria jurídica do ministério ainda não foi notificada.

A demora no cumprimento da decisão é uma das principais preocupações da arquiteta Érica Watanabe Nishimura, de 43 anos, que sofre com os sintomas da doença desde 2006.

"As autoridades deveriam estar cientes que a decisão judicial terá que ser cumprida imediatamente. Esta doença avança de maneira muito rápida e, se atingir um certo estágio, o tratamento se torna muito mais complicado", ponderou a arquiteta, que por conta da doença não pode fazer qualquer atividade física e sofre com um cansaço constante.

Érica diz que ficou muito satisfeita com a decisão, apesar de já receber os medicamentos há três anos, após entrar com uma ação individual contra o SUS. "Cheguei a gastar metade do que ganhava com os remédios. A maioria das pessoas não tem condições de comprar estes medicamentos".

A arquiteta diz que se tornou referência para outros pacientes. "Muitos deles me procuravam para levantar informações de como eu acionei o governo. Agora o direito que eu conquisei vai ser estendido a todos", comemorou.

27 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

Barbosa e Lewandowski têm novo embate

Relator acusou revisor de "contornar" autos; Troca de farpas começou na análise do caso do ex-secretário do PTB

Brasília - O relator do processo do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, teve novo embate com o revisor, ministro Ricardo Lewandowski, chegando a acusá-lo de "contornar" os autos em seus votos. Lewandowski reclamou da postura do colega e disse que ele desejava acabar com sua função de revisor. O ministro Marco Aurélio Mello também fez críticas a Barbosa.

O novo bate-boca começou com a sinalização do revisor de que vai absolver Emerson Palmieri, ex-secretário do PTB. Lewandowski citou haver vários depoimentos dizendo que não cabia a este réu a manipulação e captação de recursos. Barbosa o interrompeu, destacando que Marcos Valério e Simone Vasconcelos disseram ter entregue recursos a Palmieri e que o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares confirmou a autenticidade de uma lista de repasses em que aparece o nome do ex-secretário do PTB.

Lewandowski disse ser natural ter divergências com o relator, que replicou: "Divergências filosóficas são normais, factuais não", disse Barbosa. Lewandowski se irritou: "Então Vossa Excelência deveria propor que se abolisse a figura do revisor se quer que eu coincida

'Vossa Excelência deveria propor que se abolisse a figura do revisor'

com todos os pontos de vista". Barbosa afirmou estar apenas "lembrando" o colega sobre aqueles fatos, ao que o revisor rebateu dizendo que conhecia os autos. Mas Barbosa foi além e afirmou não ser possível fazer "vistas grossas" aos fatos. Marco Aurélio o repreendeu: "Ninguém faz vista grossa aqui. Tem de aceitar as manifestações dos colegas". O relator alegou fazer apenas "observação pontual".

O presidente da corte, Carlos Ayres Britto, interrompeu para dizer que Lewandowski não estava negando o fato apontado. Barbosa, então, acusou: "Ele está contornando". Marco Aurélio novamente protestou: "Cuidado com as palavras. Vamos respeitar os colegas". Barbosa disse não gostar de cortesia e afirmou que não fazia qualquer ofensa. "Se o revisor faz colocações que vão inteiramente de encontro ao que o relator disse, não tem o relator o direito de chamar a atenção? Foi o que fiz", disse Barbosa.

Lewandowski afirmou que é normal ter visões diferentes e citou que jornalistas escrevem textos diferentes sobre o mesmo tema, ao que o relator nova-

mente criticou o colega: "Não ligo para o que diz jornalista", disse Barbosa, novamente cobrando o revisor da ne-

cessidade de distribuir o voto. Lewandowski se irritou: "Não lhe cabe me dizer o que fazer. Vossa excelência já proferiu seu voto". Barbosa retrucou: "Então faça corretamente". Marco Aurélio novamente censurou o relator: "Policie sua linguagem".

O revisor disse que tem procurado "divergir com a maior cortesia" e destacou haver mais convergências do que diferenças com Barbosa. O relator novamente retrucou: "Só fiz uma observação". Lewandowski retrucou: "Vossa excelência diz que estou fazendo leitura equivocada, induzindo os colegas a erro? Diga explicitamente". Barbosa acusou o colega de alongar o seu voto para ficar "do mesmo tamanho" do já proferido por ele. Lewandowski se disse "estupefato" com a afirmação. Britto interferiu novamente e pediu ao revisor que continue com seu voto, encerrando mais este embate.

CONTINUA

27 SET 2012

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Emerson Palmieri

O ministro Ricardo Lewandowski votou ontem pela absolvição do ex-secretário-geral do PTB Emerson Palmieri dos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Lewandowski considerou que não há provas de que Palmieri tenha ajudado o presidente do partido, Roberto Jefferson, e o ex-deputado federal pelo PTB Romeu Queiroz (MG) a praticar o crime de corrupção passiva.

Ao citar uma série de depoimentos, o revisor disse que, embora tenha participado de algumas operações com o esquema de Valério, Palmieri não era tesoureiro do PTB, nem sequer cuidava das finanças do partido. Lewandowski afirmou que teve "mais dúvidas do que certezas" ao analisar a participação de Palmieri no esquema. Palmieri fez uma série de saques para a cúpula do partido.

O ministro afirmou que a situação é complexa porque o ex-secretário do PTB era uma "pessoa onipresente, era quase que uma alma do partido". Mas, na avaliação de Lewandowski, ele não colocou a "mão no dinheiro, era coadjuvante". "Não obstante o vasto conjunto probatório, restam dúvidas sobre participação dele nos delitos", observou.

FOLHA DE LONDRINA

DORA KRAMER

27 SET 2012

Cultura do rapapé

A primeira parte da sabatina de Teori Zavascki no Senado foi mais instigante que o habitualmente se vê nessas ocasiões.

Há todo o contexto do julgamento do mensalão, a desconfiança sobre o "timing" da indicação paira no ar e a expectativa em torno da participação dele. Tudo isso desperta interesse e obriga os senadores a um comportamento diferenciado.

Mesmo assim, ficou a léguas de distância do que seria o desejável: uma inquirição consistente o bastante para que os senadores extraíam o máximo de informações sobre práticas e pensamentos de uma pessoa indicada para fazer parte do colegiado mais poderoso do País.

Nada parecido com o vexame de alguns senadores quando da sabatina de Ellen Gracie, que se desmancharam em saudações à beleza da primeira mulher indicada ao Supremo Tribunal Federal, mas ainda inadequadamente reverentes.

Mais preocupados em louvar as qualidades do indicado do que em pesquisar o grau de qualificação por meio do questionamento para aceitar ou recusar a indicação.

O País merece isso. A chefia do Executivo e a composição do Legislativo passam pelo escrutínio do público por meio das eleições, mas sobre os integrantes da cúpula do Judiciário nada se sabe antes de começarem a exercer suas funções. A chance de conhecê-los um pouco é a sabatina no Senado.

E por que isso não acontece? Em parte porque não temos a cultura do questionamento. Vemos o contraditório como falta de educação, a cobrança como afronta, o rigor como provocação e o rapapé como sinal de civilidade.

No caso da relação dos senadores com indicados para o Supremo há ainda o temor embutido na reverência.

A maioria não quer correr o risco de desagradar a quem amanhã ou depois

poderá lhe decidir o destino.

De um lado os parlamentares têm medo de perguntar. Na terça-feira era evidente o nervosismo de senadores que só faltaram pedir desculpas para fazer uma indagação tão simples quanto óbvia: afinal, o pretendente a ministro se consideraria ou não apto a participar o julgamento em curso?

De outro lado os interrogados se acham no direito de não responder a coisa alguma. Escudados na lei orgânica da magistratura cujo enunciado os impede de se manifestar sobre "processos pendentes de julgamento".

Ora, como em tese qualquer questão pode um dia ir ao Supremo cria-se uma espécie de pendência permanente na qual o magistrado se apoia para evitar emitir opinião que possa vir a lhe ser cobrada. Não responde e assim

subtrai à sociedade informação relevante.

A certa altura da sabatina de terça-feira o senador Aloysio Nunes fez a observação cabível: "Se tudo está sob a égide do impedimento, vamos conversar aqui sobre o quê?".

Uma deformação que faz das sabatinas um misto de mera formalidade com oportunidade perdida. Para todos.

Na opinião de Nunes Ferreira, a lei da magistratura, de 1979, está superada. Pela

Constituição de 1988, pela relevância crescente do Supremo e, sobretudo, pelos fatos: "Uma vez no cargo, os ministros falam pelos cotovelos sobre qualquer assunto. Por que não dizer o que pensam antes?".

Foi o PMDB o operador da teimosia em fazer a sabatina de Teori Zavascki no afogadilho.

Era óbvio que a sessão seria suspensa assim que comessem os trabalhos do plenário. A oposição tentou adiar, mas foi derrotada por uma ofensiva peemedebista cuja motivação não ficou clara. Mostrar serviço ao Planalto, agradar o indicado?

O resultado foram três tiros no pé: a exposição de Zavascki a uma desgastante atmosfera de suspeição, a demonstração de que os oposicionistas tinham razão e a evidência do risco de recusa quase inédita (só há um caso na História) do nome de um indicado para o STF.

A chefia do Executivo e a composição do Legislativo passam pelo escrutínio do público, mas dos integrantes do Judiciário nada se sabe antes de começarem a exercer suas funções

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

Tribunal diz que relatório do CNJ está defasado

| Anderson Gonçalves

■ O relatório elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre a situação do Judiciário paranaense está defasado e não condiz com a realidade atual. Essa é a avaliação do corregedor geral de Justiça do Paraná, Noeval de Quadros, sobre o resultado da inspeção realizada em diversas unidades do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) no fim do ano passado. Conforme mostrou reportagem da Gazeta do Povo de ontem, o relatório aponta problemas como atrasos processuais, infraestrutura deficiente e falta de pessoal.

“A ata de inspeção do CNJ não fez justiça ao Judiciário paranaense porque retratou a situação de novembro de 2011, sem levar em conta todas as informações posteriores que o TJ lhe fez, mostrando que os problemas já tinham sido corrigidos”, explicou Noeval. De acordo com ele, além de sanar a maioria dos problemas citados no relatório, o TJ também atendeu às recomendações e determinações do conselho.

Entre as unidades com atrasos estava o 5.º Juizado Especial Cível do Foro Central, em Curitiba, onde uma grande quantidade de processos se encontrava com a análise suspensa. De acordo com o corregedor, o atraso aconteceu porque um juiz

estava afastado por problemas de saúde. “Esses processos foram redirecionados para outros magistrados e estima-se que em 60 dias a situação esteja normalizada”, informou. Na 1.ª Vara Cível de São José dos Pinhais, onde havia mais de 6 mil processos aptos para despacho ou sentença represados, todos já foram encaminhados.

Noeval assegurou ainda que muitos problemas estruturais foram sanados, como a falta de espaço físico para armazenar processos e bens apreendidos da Vara de Inquéritos Policiais da Região Metropolitana de Curitiba. Como mais da metade dos inquéritos era de processos arquivados, foi aberto novo espaço no depósito em Pinhais. Além disso, foi instalada uma sala-cofre para guarda de todos os bens apreendidos. A contratação de mais oficiais de justiça, juntamente com a instituição do mandado de prisão e alvará de soltura eletrônicos, também foram citadas como contribuições para desafogar um grande volume de processos.

Segundo o corregedor geral, os mutirões recomendados pelo CNJ para atualizar a expedição de ofícios e mandados estão em funcionamento desde 2010.

Ele ressaltou ainda que nos últimos dois anos houve o acréscimo de 1,2 mil servidores, mais de 150 juízes e 50 novas varas e comarcas. “Há alguns atrasos pontuais em algumas varas, em decorrência da falta de juízes substitutos em todas as seções judiciárias. Mas está em andamento mais um concurso para juiz, que deve estar finalizado até o mês de novembro e que deve preencher essas seções vagas”, assegurou.

27 SET 2012

27 SET 2012

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Judiciário do Paraná 1.

Para melhorar o Judiciário paranaense (**Gazeta**, 26/9), o aumento do número de juízes é imprescindível, assim como o de assessores qualificados para elaborarem pré-sentenças, pois os juízes de instâncias inicial e intermediária têm boa parte do tempo tomado por intermináveis audiências criminais. O número de juízes em relação aos jurisdicionados no Brasil é muito inferior ao dos países mais desenvolvidos.

Alfredo Leôncio Dias Neto

Judiciário do Paraná 2

Pelo jeito o TJ-PR irá participar de algum rali pelo interior do estado! Para que tamanho luxo nesses carros? Qual a finalidade de MP3, GPS e outras coisas mais? Esses indivíduos irão fazer alguma exploração? Espero que eles pensem mesmo em fazer justiça e não turismo à custa do nosso suado dinheiro.

Onadir Rui Scholz

Judiciário do Paraná 3

A leitura que se faz é que os responsáveis pela Justiça paranaense não estão nem um pouco interessados em resolver os problemas, pois ao mesmo tempo em que reclamam da falta de estrutura promovem aquisição de carros de luxo. Mesmo que houvesse dinheiro sobrando, isso seria injustificável.

Carlos de Andrade

27 SET 2012

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

Transparência

O seminário "O futuro da Justiça" ocorre hoje e amanhã na OAB-PR. O evento quer incentivar a reflexão sobre o processo de aperfeiçoamento dos tribunais, além de melhorar as relações entre o cidadão e a Justiça. Entre os palestrantes, estão o filósofo Roberto Romano e a pós-doutora em Ciência Política Maria Tereza Saadek. Na noite de hoje, o evento começa às 20h e amanhã será às 8h30 na sede da OAB, na Rua Brasilino Moura, 253, Ahú.

BESSA

Joaquim de Arruda Falcão Neto, ex-conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, abre às 20 h o seminário "O futuro da Justiça", que ocorre hoje e amanhã, no auditório da OAB-PR, com entrada gratuita.

BESSA

No país do Bolshoi

Advogada e professora, Teresa Arruda Alvim Wambier acaba de voltar de Moscou, onde representou o Brasil no congresso da Associação Internacional de Processo Civil. O foco do evento foi a análise dos sistemas processuais civis dos países em desenvolvimento.

EVENTO

Ação – atendimento jurídico (a pessoas carentes).

- » **DATA:** 29 de setembro (das 14 às 18 horas).
- » **REALIZAÇÃO:** Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito Uninter.
- » **Local:** Rua Pedro Ivo, 504.
- » **INFORMAÇÕES:** 0800 702 0500.

27 SET 2012

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Olho vivo

Investiga 1

No dia 18 de junho o prefeito Luciano Ducci teve pressa em pedir ao Ministério Público Estadual que examinasse suas declarações de bens e rendas. Seu objetivo era o de estancar com rapidez a onda de desconfianças quanto a suposto enriquecimento ilícito denunciado, no dia anterior, pela revista *Veja*. O MP prometeu se pronunciar em 30 dias. Mas, passados já quase três meses, não se tem notícia sobre o encaminhamento que o assunto tomou internamente. No entanto, já se sabe que o Ministério Público Federal deu um passo importante.

Investiga 2

É o que informa o advogado Cal Garcia que, em nome do vereador Paulo Salamuni e da bancada de oposição na Câmara de Vereadores, requereu à Procuradoria-Geral da República que requisitasse investigação das denúncias pela Receita Federal.

Anteontem veio a confirmação: o procurador federal Agenlo Silva determinou à Receita que informasse sobre a regularidade da situação fiscal do prefeito e de sua mulher, Marry Ducci. Segundo a denúncia da revista *Veja*, o patrimônio do casal aumentou em 30 vezes nos últimos quatro anos.

27 SET 2012

GAZETA DO POVO

» DECISÃO JUDICIAL

Justiça revoga extinção de câmpus Curitiba da UTFPR

Liminar determina que o diretor-geral da unidade, que havia sido destituído pelo atual reitor, seja reconduzido ao cargo

Denise Drechsel

■ A juíza federal Tani Maria Wurster, da 1.ª Vara Federal de Curitiba, concedeu liminar na última terça-feira suspendendo o ato de incorporação do câmpus Curitiba da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), realizado pelo reitor Carlos Eduardo Cantarelli no último dia 3 de setembro. A medida atendeu a um mandado de segurança impetrado por docentes e servidores da UTFPR. Com a decisão, o diretor-geral do câmpus, professor Marcos Schiefler Filho, que havia sido destituído por Cantarelli, deverá ser reconduzido ao cargo.

O caso tem gerado polêmica na universidade. Como Schiefler concorreu com Cantarelli nas últimas eleições para reitor, a iniciativa de fechar o câmpus Curitiba e incorporá-lo à Reitoria foi interpretada por alguns pro-

fessores e funcionários como um ato político. O reitor, no entanto, argumenta que a deliberação segue o previsto pelo Ministério da Educação (MEC) às universidades federais e às exigências de economia administrativa.

A lei prevê que essas instituições só tenham um câmpus-sede e a alteração na UTFPR, aprovada pelo MEC, tem por objetivo consertar uma situação existente desde antes de 2005, quando o antigo Cefet se transformou em universidade. A mudança só foi feita agora, segundo Cantarelli, porque era preciso esperar o fim do mandato de Schiefler, o que ocorreu no último dia 2 de setembro.

“Como servidor público, sou obrigado a fazer o que está previsto na legislação. Não posso ter funções dobradas, duas secretarias, duas infraestruturas administrativas. É uma questão de economicidade, de transparência nos gastos do dinheiro que recebemos dos cidadãos”, afirmou.

Acusação

O professor Ivo Pereira de Queiroz, presidente do Sindutfpr, um dos impetrantes do mandado de segurança contra a incorporação do câmpus, diz que os professores estão incomodados com

a promessa não cumprida do reitor de discutir o assunto amplamente com a comunidade antes de qualquer atitude. “Recebemos um comunicado do reitor de que essa ocorrência respeitaria todas as instâncias competentes, por isso impetramos o mandado. O que a liminar está atendendo é o reconhecimento de que o reitor foi descumpridor da legislação da própria universidade de forma desrespeitosa e intempestiva”, disse.

Na liminar, a juíza argumenta que a extinção de qualquer câmpus da instituição é de competência do Conselho Universitário “e depende de alteração do Estatuto e do Regimento Interno da UTFPR, que, frise-se, previu a existência do câmpus Curitiba, mediante aprovação por dois terços dos membros do Conselho Universitário”.

A juíza informa que não ignora a existência do parecer da Auditoria Interna da UTFPR, que afirma haver duplicação de estrutura administrativa, mas ressalta que, nesse caso, devem ser observados os trâmites previstos nos estatutos. Cantarelli disse que vai acatar a decisão da Justiça e consultar ainda o MEC e a Procuradoria Jurídica da instituição para encontrar a melhor solução para o caso.

CONTINUA

27 SET 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

**“Não posso ter
funções dobradas,
duas secretarias,
duas infraestruturas
administrativas.
É uma questão de
economicidade, de
transparência nos
gastos do dinheiro
que recebemos
dos cidadãos.”**

Carlos Eduardo Cantarelli, reitor da UTFPR.

27 SET 2012

GAZETA DO POVO

MP acusa

empresa de

fraude em

licitações

estaduais

Oficina venceu sete concorrências para manutenção de veículos oficiais em 46 cidades entre 2004 e 2010. Há indícios de sobrepreço e favorecimento

Diego Ribeiro

■ Investigação do Ministério Público (MP) do Paraná coloca em suspeição sete licitações para serviço de manutenção de 539 veículos do governo do estado em 46 municípios da região do Norte Pioneiro. O valor das licitações chega a R\$ 9,2 milhões — o equivalente a 23% dos R\$ 40 milhões gastos no ano passado com a manutenção de toda a frota oficial do estado.

Durante dois anos, o Núcleo de Proteção ao Patrimônio Público do MP em Santo Antônio da Platina analisou as licitações e identificou indícios de preços abusivos e favorecimento a uma única empresa entre 2004 e 2010. De acordo com a investigação, há 27 envolvidos,

entre eles o próprio governo do estado, um delegado, cinco policiais militares, funcionários do Departamento do Transporte Oficial (Deto), entre outros servidores públicos e empresários.

A análise feita pelo MP revela que os processos podem ter passado por várias comissões de licitação e pela Secretaria de Estado da Administração e Previdência (Seap), sem uma fiscalização rigorosa do poder público na época. Em alguns casos, mesmo com pareceres jurídicos da Casa Civil contrários à homologação das licitações, a Seap encaminhou as solicitações de homologação ao então governador Roberto Requião.

Serviço malfeito

O trabalho do MP começou com uma denúncia anônima que classificou como péssimo o serviço prestado pela empresa Precisão, com sede em Cornélio Procópio, que fazia a manutenção de 177 veículos em 19 municípios do entorno da cidade. Após autorização do então procurador-geral de Justiça, Olympio de Sá Sotto Maior, o Núcleo de Santo Antônio da Platina passou a analisar as licitações vencidas pela empresa e encontrou um problema maior do que a denúncia inicial.

Segundo o órgão, a Precisão venceu todas as sete licitações realizadas para atender ao serviço de manutenção dos veículos das cidades das regiões de Cornélio Procópio e também de Jacarezinho, onde a filial da oficina foi responsável pela manutenção de 362 veículos em 27 municípios. Entre as irregularidades encontradas estão a forma usada para estipular os preços dos editais, a falsa publicidade, subcontratações e até a criação de empresa fantasma para realizar uma concorrência fraudulenta.

O MP, por meio do Núcleo de Santo Antônio da Platina, propôs uma ação civil pública na 3.ª Vara da Fazenda Pública, em Curitiba, em abril deste ano, em que pede a nulidade total dos contratos, o ressarcimento ao erário e sanções aos responsáveis. Em março, um mês antes da entrada da ação, no entanto, a empresa suspeita terminou de cumprir seus últimos serviços de manutenção e não há mais contratos em andamento. Apesar disso, segundo a Seap, a empresa recebeu R\$ 8,1 milhões entre 2004 e 2012, com os contratos de Cornélio Procópio e Jacarezinho.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

27 SET 2012

PRINCIPAIS IRREGULARIDADES

O Ministério Público apontou uma série de problemas nas licitações vencidas pela empresa Precisão, levantando a suspeita de fraude nas concorrências públicas.

Licitações	Valor de contrato (R\$)	Falsa publicidade	Lances sem concorrência	Falsa concorrência	Desclassificação irregular	Subcontratação irregular
Cornélio Procópio						
nº 2/2004	434,6 mil					
nº 85/2007	1,42 milhão					
nº 7/2010	1,63 milhão					
Jacarezinho						
nº 8/2005*	888,8 mil					
nº 57/2006	888,8 mil					
nº 76/2007	1,69 milhão					
nº 495/2009	1,95 milhão					

O edital fixou apenas o mínimo de subcontratação e não o máximo. Houve também uma irregularidade no termo aditivo: aumentou em 25% o valor para a manutenção em veículos pesados. O edital inicial já previa esse serviço. O edital ainda usou a tabela do sindicato das empresas de reparação de veículos como base dos preços de peças e da mão de obra.

Nos dois casos de falsa concorrência, a empresa Bergamasco, de propriedade do irmão dos donos da empresa Precisão, participou da licitação. A Bergamasco tem o mesmo endereço que a empresa Precisão.

Nessa licitação houve uma substituição de proposta, com **um desconto maior em favor da empresa Precisão, depois da abertura dos envelopes**. Além disso, resolução que criou a Comissão de Licitação que fiscalizaria o processo tem data de criação posterior ao próprio certame. Um parecer negativo da Casa Civil barrou a licitação.

Após um parecer negativo da assessoria jurídica da Casa Civil, o governador Roberto Requião não homologou a licitação novamente. No entanto, após uma solicitação de reconsideração de um funcionário do Departamento do Transporte Oficial, **a Secretaria da Administração encaminhou a licitação para homologação. O governador reconsiderou a decisão anterior e oficializou a licitação.**

Fonte: Ministério Público do Paraná. Infografia: Gazeta do Povo.

“Jamais na minha vida, eu me omiti ou fiz alguma coisa deliberadamente para prejudicar o estado. Não vai ser uma açõzinha dessas que vai manchar meu nome. Eu quero ter o direito de responder a isso em juízo.”

Maria Marta Webber Lunardon, ex-secretária da Administração e Previdência.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

27 SET 2012

Manutenção era “muito ruim”, segundo análise

■ Além das suspeitas de irregularidades apontadas nas licitações, o Ministério Público (MP) do Paraná descobriu que o serviço prestado pela empresa Precisão era “muito ruim e poderia até ter causado algum acidente”, segundo a análise. Vários órgãos do estado, como as Polícias Civil e Militar, e o Núcleo Regional de Educação (NRE), registraram reclamações sobre a manutenção. A empresa acabou ficando conhecida por muitos servidores do estado como “Imprecisão”.

A Polícia Civil de Jacarezinho, por exemplo, deixou de levar seus veículos à oficina da empresa. De acordo com um policial ouvido pelo MP, as viaturas passavam mais tempo sendo consertadas do que nas ruas. Um dos funcionários do NRE de Ibaiti explicou durante a análise que os carros do órgão voltavam sempre com o mesmo problema.

Em Wenceslau Brás, algumas trocas de peças nem sequer ocorriam, como no caso de uma solicitação de substituição da correia dentada de uma viatura. “Uma correia dentada danificada pode arrebentar e estragar o cabeçote. Cada R\$ 1 usado na manutenção preventiva pode virar R\$ 4 no conserto [deixado para] depois”, explica um mecânico consultado pela reportagem. Na mesma viatura, a barra do estabilizador foi colocada de maneira invertida, sem porca do parafuso, o que pode gerar perda de estabilidade nas curvas, segundo o técnico.

Histórico

A empresa Precisão foi criada em 1996, com a razão social de Paulo Cesar Dias e Cia. Ltda, em Cornélio Procópio. De acordo com o MP, a gerência dos negócios sempre coube a Paulo, irmão de Márcia Dahila Dias Gonçalves, que assumiria o negócio ao fim de 2009.

A Precisão nasceu como empresa prestadora de serviços em escapamento, mas ampliou seu quadro de atuação para participar de licitações, de acordo com o MP. Em 2005, a empresa criou uma filial no centro de Jacarezinho, na Rua Marechal Floriano Peixoto, 210, com o objetivo de vencer licitações de manutenção da frota de veículos do estado naquela região.

DENÚNCIAS

A má prestação de serviço da Precisão já era conhecida desde 2008. Em setembro de 2009, um auditor do estado, lotado na Secretaria Especial da Corregedoria e Ouvidoria, visitou a filial de Jacarezinho e constatou que havia diversas irregularidades. Em seu relatório, o auditor afirmou que a empresa não tinha condições de atender à demanda necessária e que havia dados suficientes para cancelar o contrato. “Deixando a manutenção por conta desta oficina, estaremos sucateando a respectiva parcela da frota de veículos do estado”, concluiu o relatório.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

27 SET 2012

OUTRO LADO 1

Ex-secretária afirma não haver prova de ato ilícito nas homologações

A ex-secretária da Administração e Previdência (Seap), atual procuradora do estado Maria Marta Webber Lunardon, disse por telefone à reportagem que jamais causaria qualquer prejuízo ao estado propositadamente. Segundo a procuradora, ela nem sequer foi notificada da ação para poder se defender. A ex-secretária disse não haver prova de que houve ato ilícito. "Posso efetivamente não só defender como, enfaticamente, dizer que não houve nenhum tipo de improbidade, nenhum ato ilícito praticado dentro dessas li-

citações", explicou. Ressaltou que é possível ter havido falha, mas não significa que tenha havido má-fé da parte dela. "Sou, há 30 anos, procuradora do estado. Saí da secretaria e vim sentar na minha cadeira. O único bem que tenho é o apartamento onde eu moro", disse. Maria Marta ressaltou que perdeu a apuração das denúncias tão logo soube delas, mas, com o fim do governo, não teve tempo hábil para dar sequência aos procedimentos. "Mande instaurar uma auditoria na Corregedoria e na Ouvidoria Geral, cujo resultado chegou à Seap no dia 20 de dezembro de 2010. Fui exonerada no dia 30 de dezembro de 2010."

OUTRO LADO 2

Empresária evita entrevista, mas diz que cumpriu todos os contratos

A reportagem da **Gazeta do Povo** foi a Cornélio Procópio no dia 19 de setembro para tentar conversar com os proprietários da Precisão. Na Rua XV de Novembro, endereço da empresa suspeita, há várias oficinas de mesmo porte. Parte da rua é tomada por mecânicas e autopeças. Ao chegar à Precisão, a reportagem foi recebida por um dos funcionários, que indicou Márcia Dahila Dias Gonçalves como dona do local. Márcia conversou rapidamente com a **Gazeta do Povo**, mas não quis conce-

der uma entrevista oficial antes de falar com a sócia, Inês Rodrigues Dias, também citada na ação. Inês não estava na oficina quando a reportagem esteve no local.

Filial fechada

Na ocasião, Márcia disse que não presta mais serviços ao estado e que outras empresas continuam trabalhando nos mesmos moldes em que ela prestava os serviços. "Nosso contrato [com o estado] acabou. Não foi cancelado. Trabalhamos até o final do contrato normalmente [em março]. A denúncia diz que foram cancelados. Nós cumprimos", afirmou. Márcia ressaltou que a fi-

lial de Jacarezinho está fechada. "Com relação aos serviços, os moldes ainda estão aí. Todo mundo está trabalhando nos mesmos moldes como nós trabalhávamos, com as mesmas tabelas. Foi feita uma [licitação] emergencial aqui em Cornélio, outra em Jacarezinho. As empresas já estão prestando serviços", ressalta. Segundo Márcia, o irmão dela, Paulo Cesar Dias, fundador da Precisão, está fora da empresa há três anos. Ela disse que ligaria para a reportagem após conversar com a sócia. Uma semana depois, porém, ainda não havia telefonado para dar a entrevista

27 SET 2012

GAZETA DO POVO

Diretor do Google é preso por ordem do TRE-MS

Fabio José Silva Coelho foi detido pela PF acusado de descumprir ordem judicial que determinava a retirada do YouTube de vídeo que prejudicava candidato a prefeito

¶ O diretor-geral do Google no Brasil, Fabio José Silva Coelho, foi detido ontem em São Paulo pela Polícia Federal por não cumprir ordem do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul (TRE-MS). O mandado foi expedido porque o YouTube, site de vídeos do Google, não acatou decisões judiciais que determinavam a exclusão de vídeos com ataques ao candidato do PP a prefeito de Campo Grande, Alcides Bernal. O executivo foi liberado ontem à noite, após assinar um termo circunstanciado de ocorrência em que se comprometeu a comparecer à Justiça quando for solicitado.

A ordem de prisão foi dada no final da semana passada pelo juiz eleitoral Flávio Saad Peron. O Google recor-

reu, mas a decisão foi mantida. Na tarde de ontem, o próprio Peron expediu alvará de soltura por considerar esse um crime de "menor potencial ofensivo".

A notícia da prisão do diretor-geral do Google repercutiu em todo o mundo, divulgada por sites da CNN, BBC e *The New York Times*. Procurado ontem, Peron defendeu a sua decisão. "O Google não deve se servir a este tipo de papel, a prática do crime de cunho eleitoral. Tem que ter liberdade, mas na medida em que você abusa deixa de ser exercício regular de expressão e passa a ser abuso", disse.

O Google não quis se pronunciar sobre o caso ontem. No início da semana, quando anunciou que recorreria da decisão para a retirada dos vídeos, a empresa disse que, "em sendo uma plataforma, o Google não é responsável pelo conteúdo postado em seu site".

Fora do ar

A Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul também determinou a suspensão, por 24 horas, do Google e do YouTube no estado. A Embratel, citada na decisão, informou que irá cumprir a determinação, o que não havia ocorrido até às 21h

de ontem. Um dos dois vídeos mencionados na ação já foi retirado do ar. No entanto, cópia publicada por outro usuário ainda podia ser acessada.

Os vídeos trazem cópias de supostos documentos da Justiça e associam o candidato à prática de aborto e violência doméstica, entre outras acusações. "Não posso permitir que gente mal intencionada, agindo criminosamente, use o Google e o YouTube para fazer campanhas difamatórias contra pessoas que estão trabalhando", afirmou o candidato do PP, que nega as acusações dos vídeos.

27 SET 2012

GAZETA DO POVO

Caso de prefeito do Paraná provoca discussão no julgamento do Supremo

Lewandowski condenou o ex-deputado José Borba por corrupção, mas o absolveu por lavagem de dinheiro no mensalão. Ministros reagiram à absolvição

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

A acusação de lavagem de dinheiro contra o ex-deputado federal peemedebista José Borba gerou ontem uma discussão que envolveu nove dos dez ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do mensalão. O revisor do processo, Ricardo Lewandowski, concordou com o relator, Joaquim Barbosa, que o réu cometeu crime de corrupção passiva ao receber R\$ 200 mil do esquema montado pelo publicitário Marcos Valério, no fim de 2003. Para Barbosa, o recebimento também caracteriza lavagem de dinheiro, com o que Lewandowski discordou.

Ambos também consideraram verídico o teor da denúncia contra o ex-deputado, que é atualmente prefeito do município de Jandaia do Sul, no Norte do Paraná, pelo PP. Segundo a acusação, ele recebeu a quantia em dinheiro na agência do Banco Rural, em Brasília, em uma operação conturbada. Borba teria se recusado a assinar um recibo do saque e a fazer uma cópia do seu documento de identidade.

Para concluir a transação, a diretora financeira da SMP&B, Simone Vasconcelos, teve de viajar de Belo Horizonte a Brasília para se responsabilizar pelo saque. O relator disse que as provas mostraram que houve corrupção, mas não "branqueamento de capitais".

"Isso é a lavagem mais deslavada que eu já vi", contrapôs o ministro Luiz Fux, que ainda não votou sobre as denúncias contra Borba. O presidente do tribunal, Carlos Ayres Britto, citou que há um agravante no episódio. "Mais do que recusar a autoria, ele reputou a autoria a outra pessoa", disse Ayres

Britto. O único dos ministros a não opinar sobre o assunto foi José Antonio Dias Toffoli.

Durante a fase de apresentação das defesas, o advogado de Borba, Inocêncio Mártires Coelho, negou o recebimento do dinheiro e atacou a credibilidade dos réus que depuseram contra Borba. "Tudo leva a crer tratar-se de uma acusação sustentada por uma inverossímil história, na qual uma outra ré [Simone] disse que teria entregue R\$ 200 mil a ele, sem recibo e sem anotação. (...) Não há registro, não há anotação, não há o nome, não há a prova material", sustentou o advogado.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

SEM VESTÍGIOS

CONTINUAÇÃO

27 SET 2012

Relator e revisor do mensalão concordam que o paranaense José Borba (ex-PMDB)

recebeu R\$ 200 mil do “valerioduto” e se negou a passar recibo.

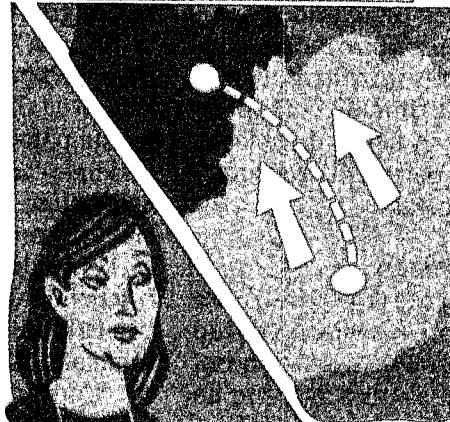
1 A denúncia narra que, no fim de 2003, o então deputado federal José Borba foi a uma agência do Banco Rural em Brasília para receber R\$ 200 mil do “valerioduto”. Verba serviria para comorar o apoio de Borba na Câmara. Na época, ele era líder do PMDB.



2 Para resolver a situação, Simone Vasconcelos, diretora financeira da agência de publicidade SMP&B, viajou de Belo Horizonte para Brasília. A SMP&B é uma das agências de publicidade de Marcos Valério envolvidas no mensalão.



3 Segundo depoimento do tesoureiro da agência, José Francisco de Almeida, Borba não aceitou assinar um recibo para sacar o valor, nem aceitou realizar uma cópia de sua identidade.



4 Simone sacou o dinheiro em nome dela e entregou os R\$ 200 mil para José Borba. O ex-deputado, hoje prefeito de Jandaia do Sul (Norte do Paraná) nega que o episódio tenha acontecido.



Cultura do rapapé

A maioria [dos senadores] não quer correr o risco [na sabatina dos indicados ao STF] de desagradar a quem amanhã ou depois poderá lhe decidir o destino.

A primeira parte da sabatina de Teori Zavascki no Senado foi mais instigante que o habitualmente se vê nessas ocasiões. Há todo o contexto do julgamento do mensalão, a desconfiança sobre o “timing” da indicação paira no ar e a expectativa em torno da participação dele. Tudo isso desperta interesse e obriga os senadores a um comportamento diferenciado.

Mesmo assim, ficou a léguas de distância do que seria o desejável: uma inquirição consistente o bastante para que os senadores extraíam o máximo de informações sobre práticas e pensamentos de uma pessoa indicada para fazer parte do colegiado mais poderoso do país.

Nada parecido com o vexame de alguns senadores quando da sabatina de Ellen Gracie, que se desmancharam em saudações à beleza da primeira mulher indicada ao Supremo Tribunal Federal, mas ainda inadequadamente reverentes. Mais preocupados em louvar as qualidades do indicado do que em pesquisar o grau de qualificação por meio do questionamento para aceitar ou recusar a indicação.

O país merece isso. A chefia do Executivo e a composição do Legislativo passam pelo escrutínio do público por meio das eleições, mas sobre os integrantes da cúpula do Judiciário nada se sabe antes de começarem a exercer suas funções. A chance de conhecê-los um pouco é a sabatina no Senado.

E por que isso não acontece? Em parte porque não temos a cultura do questionamento. Vemos o contraditório como falta de educação, a cobrança como afronta, o rigor como provocação e o rapapé como sinal de civilidade.

No caso da relação dos senadores com indicados para o Supremo — o foro de julgamento de parlamentares — há ainda o temor embutido na reverência. A maioria não quer correr o risco de desagradar a quem amanhã ou depois poderá lhe decidir o destino.

De um lado os parlamentares têm medo de perguntar. Na terça-feira era evidente o nervosismo de senadores que só faltaram pedir desculpas para fazer uma indagação tão simples quanto óbvia: afinal, o pretendente a ministro se consideraria ou não apto a participar o julgamento em curso?

De outro lado os interrogados se acham no direito de não responder a coisa alguma. Escudados na Lei Orgânica da Magistratura cujo enunciado os impede de se manifestar sobre “processos pendentes de julgamento”. Ora, como em tese qualquer questão pode um dia ir ao Supremo cria-se uma espécie de pendência permanente na qual o magistrado se apoia para evitar emitir opinião que possa vir a lhe ser cobrada. Não responde e assim subtrai à sociedade informação relevante.

A certa altura da sabatina de terça-feira o senador Aloysio Nunes fez a observação cabível: “Se tudo está sob a égide do impedimento, vamos conversar aqui

sobre o quê?”. Uma deformação que faz das sabinas um misto de mera formalidade com oportunidade perdida. Para todos.

Na opinião de Nunes Ferreira, a Lei da Magistratura, de 1979, está superada. Pela Constituição de 1988, pela relevância crescente do Supremo e, sobretudo, pelos fatos: “Uma vez no cargo, os ministros falam pelos cotovelos sobre qualquer assunto. Por que não dizer o que pensam antes?”.

Mal calculado

Foi o PMDB o operador da teimosia em fazer a sabatina de Teori Zavascki no afogadilho de um receso eleitoral e uma convocação para exame do Código Florestal. Era óbvio que a sessão seria suspensa assim que comessem os trabalhos do plenário. A oposição tentou adiar, mas foi derrotada por uma ofensiva peemedebista cuja motivação não ficou clara. Mostrar serviço ao Planalto, agradar o indicado?

O resultado foram três tiros no pé: a exposição de Zavascki a uma desgastante atmosfera de suspeição, a demonstração de que os opositores tinham razão e a evidência do risco de recusa quase inédita (só há um caso na História) do nome de um indicado para o STF.

27 SET 2012

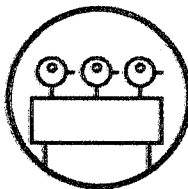
FOLHA DE S. PAULO

REFORMA EM DISCUSSÃO Comissão fez propostas para mudar o Código Penal

A COMISSÃO

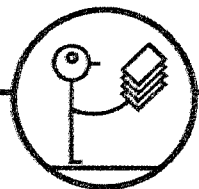
É formada por 15 especialistas, como advogados, procuradores e desembargadores, e presidida pelo ministro do STJ Gilson Dipp

PASSO A PASSO DO ANTEPROJETO



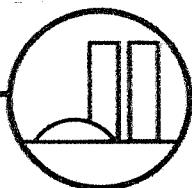
1

A comissão trabalhou durante sete meses na revisão do Código Penal, que é de 1940



2

Relatório com mais de 500 páginas foi entregue ao Senado em junho



3

A proposta agora tramita por comissões da Casa e, depois, vai ao plenário

Entidades jurídicas querem parar discussão do novo Código Penal

Entre as críticas estão a falta de discussão com a comunidade jurídica, a desproporção das penas e a pressa na tramitação

Dezenove instituições jurídicas, entre elas a OAB, o Ministério Público de São Paulo e o Departamento Penal da Faculdade de Direito da USP, pediram ao Senado a suspensão da tramitação da proposta de reforma do Código Penal, em discussão na Casa.

O manifesto, elaborado na última segunda-feira em reunião no Salão Nobre da Faculdade de Direito, faz duras críticas ao anteprojeto, elaborado por comissão de juristas formada pelo Senado.

As principais críticas são a existência de imprecisões jurídicas, a desproporção das penas, a criação de tipos penais desnecessários, a falta de consulta à comunidade jurídica e o fato de o projeto ter sido feito em sete meses.

Dezenove instituições, como OAB e Ministério Público, criticam a proposta discutida no Senado

“Não é possível fazer a consolidação em apenas sete meses de um código com mais de 500 artigos. Um projeto dessa magnitude precisa de tempo, precisa passar por críticas”, afirma Miguel Reale Júnior, ex-ministro da Justiça no governo FHC e um dos mais contundentes críticos.

Para ele, a pressa é consequência da “ vaidade ” do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). “Ele quer se consagrar como legislador do novo código. A nação tem que se submeter à vaidade [dele]? A um código que vai interferir no dia a dia de todos?”

Outro crítico do anteprojeto é o presidente nacional da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Ophir Cavalcante. “Não queremos que o Código acabe se tornando um instrumento de injustiças”, diz.

BICHOS X GENTE

Como exemplo de desproporcionalidade das penas, os críticos citam a comparação entre a pena para quem realizar briga de galo (podé chegar a 12 anos de prisão) com a que seria aplicada a quem praticar lesão corporal grave (até seis anos) ou homicídio culposo (até quatro anos).

“É um absurdo. O projeto aumenta penas para crimes leves, enquanto a pena para roubo diminuiu”, diz Reale.

Outra crítica envolve a eutanásia. O projeto, diz a nota, permite a “qualquer parente dar morte à vítima gravemente enferma sem necessidade de diagnóstico médico”.

CONTINUA

27 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Também lembram a supressão do livramento condicional, que, segundo o manifesto, “criará, ao longo do tempo, considerável superpopulação carcerária”.

Outro ponto é a criação de tipos penais, como “molestar cetáceo” (golfinhos etc), que pode ser incluída no Código Penal, segundo a proposta.

O atual Código Penal é de 1940 e passou por algumas mudanças gerais em 1984. Especialistas concordam que a parte especial —que descreve crimes e penas— precisa de reformas, mas não da forma como está sendo feita.

CONTINUA

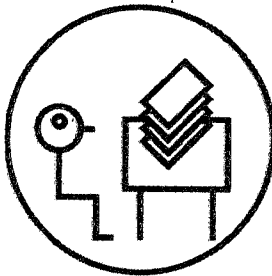
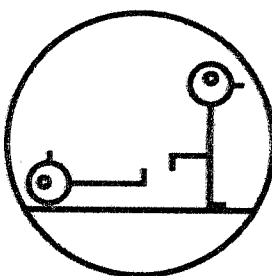
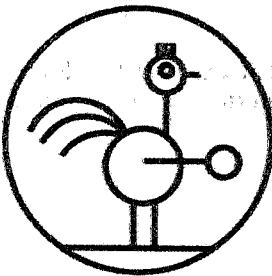
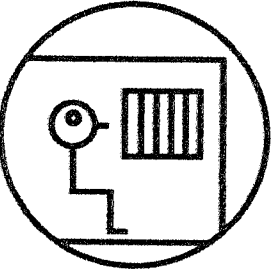
27 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUA

POLÊMICAS DO NOVO CÓDIGO

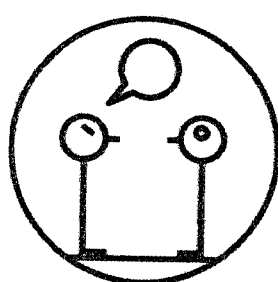
Alguns dos pontos criticados do anteprojeto

		Como é hoje	Como fica de acordo com o anteprojeto	Porque é criticado
	Gestão fraudulenta Praticar ato fraudulento, como falsificação de documentos para benefício próprio, na gestão de instituições financeiras	Tem pena de 3 a 12 anos e multa (lei 7.492/1986 art. 4)	Prisão de 1 a 4 anos (art.354)	A pena diminui. Como o Código Penal é retroativo, vai beneficiar os condenados pelo mensalão
	Omissão de socorro Deixar de prestar assistência a uma criança abandonada, a pessoa ferida ou em situação de grave perigo	A pena é de reclusão de 1 a 6 meses ou multa	Prisão 1 a 6 meses ou multa (art. 132)	A pena não muda, mas fica menor do que a para deixar de prestar socorro a animal em perigo (1 a 4 anos de prisão), crime não previsto hoje
	Briga de galo	Pode ser punido com detenção de 3 meses a um 1 ano (lei 9.605/1998 que prevê crimes contra a fauna)	Prisão de 2 a 6 anos, que dobra para 4 a 12 se o animal morrer	A pena máxima é maior do que a punição prevista para uma lesão corporal grave ou homicídio culposo (1 a 4 anos de prisão para ambos)
	Livramento condicional Condenados por alguns crimes podem cumprir pena alternativa	Benefício é obtido mediante condições, como bom comportamento e apresentação ao juiz de tempos em tempos	Todas as penas previstas (art. 121 até art. 542) são de prisão sem possibilidade de livramento condicional	O livramento condicional é um mecanismo de disciplina carcerária, pois o preso tem que se comportar para conseguir o benefício

CONTINUAÇÃO

27 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO
CONTINUA

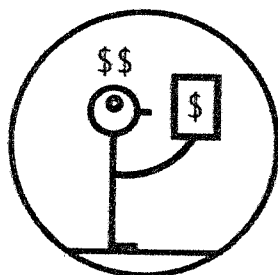


Difamação
Imputando fato ofensivo à reputação de uma pessoa

Pena de 3 meses a 1 ano (art.139) ou multa

Prisão de 1 a 2 anos ou multa; a pena dobra para 2 a 4 se o crime for cometido por jornalista (art. 137)

A pena aumenta muito e passa a ser maior do que a prevista pela já revogada lei de imprensa, que previa prisão de 3 meses a 1 ano e 6 meses



Cambismo
Vender ingressos de evento esportivo e cultural por preço superior ao mercado no bilhete

Não existe previsão desse crime no atual Código Penal

Prisão de 6 meses a 2 anos (art. 252)

A atitude não é um crime grave e poderia ser reprimida de outra forma, com multa ou trabalho social

CONTINUAÇÃO

27 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Senado diz que comissão teve autonomia e que projeto pode ser mudado

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), disse que seu papel foi apenas criar a comissão de juristas que elaborou o anteprojeto do novo Código Penal e que ela teve autonomia para trabalhar durante sete meses.

Ele não quis rebater as críticas do jurista Miguel Reale Júnior sobre a sua influência na formação das comissões.

O Senado disse que os integrantes foram indicados pelos líderes dos partidos respeitando a “proporcionalidade” dos tamanhos das siglas na Casa. Ou seja: o maior partido, o PMDB de Sarney, indicou a maioria dos membros.

Em nota, o Senado afirmou que a comissão fez audiências públicas e seminários em seis capitais para discutir o anteprojeto com a sociedade.

Segundo o Senado, a proposta ainda poderá sofrer alterações ou mesmo ser rejeitada durante sua tramitação.

“O Congresso, formado por representantes eleitos pelo povo, abarca as mais diversas correntes de pensamento e é a instituição legítima para analisar proposições legislativas, como é o caso da reforma do Código Penal”, disse.

Sobre não haver uma comissão revisora, como querem os críticos, o Senado informou que isso não está previsto no regimento da Casa.

Afirmou, ainda, que o anteprojeto foi encaminhado à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), onde foi criada uma subcomissão especial.

O senador Pedro Taques

(PDT-MT), relator da subcomissão, admitiu que há pontos no relatório que “precisam ser modificados”, mas afirmou que a instância própria para alterar a legislação é o Congresso, onde o projeto vai passar por mudanças.

“Em alguns pontos eles [juristas] têm razão nas críticas. Vamos caminhar para consertar o que precisa ser consertado. Mas isso não inviabiliza o projeto que foi apresentado ao Senado”, afirmou.

Sobre a rapidez na tramitação do anteprojeto (sete meses), o Senado disse que a comissão de juristas cumpriu os “prazos regimentais” estabelecidos pela Casa.

Sobre mudanças que foram propostas para o Código Penal, o Senado disse que não se pronuncia sobre nenhuma decisão da comissão.

Luiz Carlos Gonçalves, procurador da República e relator da comissão de juristas, disse que a proposta não é o projeto final. “O anteprojeto não é o novo código, é apenas um documento a ser trabalhado”, afirmou.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

27 SET 2012

› ENTREVISTA 1

Para jurista, anteprojeto não tem conserto

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Para o jurista Miguel Reale Júnior, os problemas no anteprojeto da reforma do Código Penal não podem ser corrigidos pontualmente. “Não tem conserto. Porque partir de um todo tão ruim para fazer a reforma?”

★

Folha - Quais são os principais problemas do projeto?

Miguel Reale Jr - É um conjunto: ausência de conhecimento técnico, uso impróprio de termos jurídicos, des-

proporcionalidade de penas.

O sr. pode dar um exemplo?

A pena para omitir socorro a uma criança é menor do que para um animal. Os mensaleiros vão fazer festa, porque a pena para gestão fraudulenta passa a ser de um ano em vez de três.

A comissão foi mal formada?

A comunidade jurídica não foi ouvida. Foram líderes partidários que indicaram [os membros], algumas não tinham qualificação.

Há outros interesses?

É tudo por causa do Sarney, que apresentou o projeto, quer se consagrar como legislador do código. A nação toda tem que se submeter à vaidade [dele]?

› ENTREVISTA 2

Discussão foi aberta a todos, afirma relator

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, procurador da República e relator da comissão do Senado, disse que ela era representativa e que as discussões foram abertas.

★

Folha - A comunidade jurídica foi ouvida?

Luiz Carlos Gonçalves - A comissão tinha representantes de diversas entidades e as 26 reuniões foram abertas a toda a sociedade. Recebemos mais de 6.000 sugestões. Sou favorável à

mais ampla discussão. Esse críticos não querem discutir, têm medo, por isso propõem a retirada do projeto.

Por que penas para crimes contra animais são maiores que alguns contra pessoas?

Em alguns casos houve erros. O Senado já recebeu emendas para corrigi-los. Não há menor risco de que esses erros sejam mantidos.

Mas por que aconteceram?

Examinamos cerca de 130 leis e 650 tipos penais. É natural que haja alguns erros.

O tempo foi muito curto?

O prazo realmente exigiu que trabalhássemos muito, mas que tínhamos que cumpri-lo, pois o Senado parou de discutir qualquer alteração em matéria penal.

ENTIDADES QUE PEDEM A SUSPENSÃO DO PROCESSO

- › Associação dos Advogados de São Paulo
- › Associação Paulista do Ministério Público
- › Centro Acadêmico XI de Agosto
- › Defensoria Pública do Estado de São Paulo
- › Departamento Penal da Faculdade de Direito da USP
- › Instituto dos Advogados Brasileiros
- › Instituto dos Advogados do Paraná
- › Instituto dos Advogados de São Paulo
- › Instituto Brasileiro de Ciências Criminais
- › Instituto Manoel Pedro Pimentel
- › Instituto Transdisciplinar de Estudos Criminais
- › Ministério Público do Estado de São Paulo
- › Movimento do Ministério Público Democrático
- › OAB - Conselho Federal
- › OAB - Paraná
- › Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas
- › Associação Paulista de Defensores Públicos
- › Associação Nacional dos Defensores Públicos
- › Movimento de Defesa da Advocacia

“Foi feito às pressas, não havia tranquilidade pra refletir sobre pontos importantes

RENÉ ARIEL DOTTI

ex-membro da comissão no Senado

“As pessoas que fizeram [parte do Código em vigor] agora estão criticando o anteprojeto. Criticar é fácil, fazer é difícil

LUIS CARLOS DOS SANTOS GONÇALVES
relator da comissão no Senado

27 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

Chefe do Google no Brasil é preso por desobedecer juiz

Executivo descumpriu ordem de tirar do ar vídeos com ataque a candidato de MS

Conduzido à sede da PF em São Paulo, ele foi liberado depois que magistrado voltou atrás em sua decisão

O diretor-geral do Google no Brasil, Fabio José Silva Coelho, foi preso ontem em São Paulo pela Polícia Federal por não cumprir ordem da Justiça Eleitoral em Mato Grosso do Sul.

O mandado foi expedido porque o YouTube, site de vídeos do Google, não acatou decisões judiciais que determinavam a exclusão de vídeos com ataques ao candidato do PP a prefeito de Campo Grande, Alcides Bernal.

A ordem de prisão foi dada semana passada pelo juiz eleitoral Flávio Saad Peron.

O Google recorreu, mas a decisão foi mantida. Ontem à tarde o próprio Peron expediu alvará de soltura por considerar esse um crime de "menor potencial ofensivo".

O executivo foi ouvido durante a tarde e liberado à noite após se comprometer a comparecer à Justiça sempre quando intimado.

"Sou totalmente favorável a ampla liberdade, jamais tenho interesse em cercear. A liberdade é tão importante que é garantida na Constituição, mas ela tem limites, dentro da própria Constituição", disse à **Folha** o juiz Peron.

Segundo ele, o Google é responsável pelo material veiculado.

"O Google não deve se servir a este tipo de papel, a prática do crime de cunho eleitoral. Tem que ter liberdade, mas na medida em que você abusa deixa de ser exercício regular de expressão e passa a ser abuso."

O Google não quis se pronunciar. No início da semana, quando anunciou que recorrerá da decisão para a retirada dos vídeos, a empresa disse que, "em sendo uma plataforma, o Google não é responsável pelo conteúdo postado em seu site".

A detenção ganhou repercussão internacional em sites como o da TV britânica "BBC" e dos jornais norte-americanos "Wall Street Journal" e "Washington Post".

A Justiça Eleitoral em MS também determinou a suspensão, por 24 horas, do Google e do YouTube no Estado. A Embratel, citada na decisão, informou que irá cumprir a determinação.

Um dos dois vídeos mencionados na ação já foi retirado do ar. No entanto, cópia publicada por outro usuário ainda permanecia no site.

Os vídeos trazem cópias de supostos documentos da Justiça e associam o candidato à

prática de aborto e violência doméstica, entre outras acusações. "Não posso permitir que gente mal intencionada, agindo criminosamente, use o Google e o YouTube para fazer campanhas difamatórias contra pessoas que estão trabalhando", afirmou o candidato do PP, que nega as acusações dos vídeos.

O Google já é alvo de ações na Justiça Eleitoral em pelo menos 21 Estados. A empresa está envolvida em, no mínimo, 138 ações desde o início da atual campanha. A maioria cobra a retirada de vídeos do YouTube.

Levantamento da reportagem identificou 42 decisões contrárias à empresa e que fixam multas — em todas, ainda cabem recursos.

O episódio deverá reforçar pressão na Câmara para a votação do Marco Civil da Internet. O texto não prevê que plataformas como o YouTube possam ser responsabilizadas criminal ou civilmente por conteúdo postado por terceiros.

Elas só responderiam, civilmente, por desobediência a decisão judicial de retirada de conteúdo.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



O GOOGLE NÃO É RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO PRÉVIA DO VÍDEO, MAS PASSA A SER CORRESPONSÁVEL AO TOMAR CIÊNCIA E FICAR INERTE

27 SET 2012

GOOGLE NA MIRA DA JUSTIÇA

Empresa é alvo de candidatas que querem a retirada de conteúdos da internet

🕒 O caso ✅ A determinação

EXEMPLOS DE CASOS



Campo Grande (MS)

- 🕒 Vídeo colocado no YouTube, site do Google, fazia ataques a Alcides Bernal, candidato do PP à prefeitura da cidade
- ✅ A empresa não removeu o vídeo e a Justiça Eleitoral determinou a suspensão por 24 horas do YouTube e do Google no Estado, além da prisão do diretor-geral do Google no Brasil



Maceió (AL)

- 🕒 Vídeo no YouTube chama Ronaldo Lessa (PDT) de "ficha suja"
- ✅ Um juiz mandou remover o material do site e estipulou multa de R\$ 50 mil por dia em caso de descumprimento



Curitiba (PR)

- 🕒 Segundo a denúncia, dois vídeos colocados na internet "buscam ridicularizar e ofender" o candidato Gustavo Fruet (PDT)
- ✅ Justiça mandou retirar vídeos e estipulou multa de R\$ 5.000 por dia em caso de descumprimento

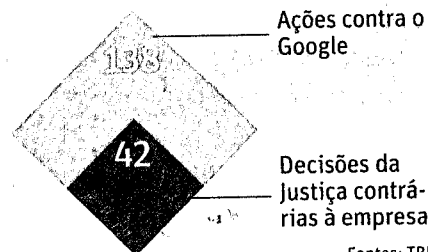


Praia Grande (SP)

- 🕒 Filme "A Queda", com legendas trocadas, mostra Hitler apoiando Alberto Mourão (PSDB)
- ✅ Juiz diz que YouTube não pode "ser hospedeiro de campanha política com finalidade de denegrir a imagem de candidato"

TOTAL DE CASOS

21 Estados, pelo menos, possuem ações judiciais contra o Google



Fontes: TRES

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

GISELE ARANTES

ANÁLISE

27 SET 2012

Se ignorar ilícito, provedor se torna corresponsável pelo conteúdo

O aumento vertiginoso do uso da internet também para a divulgação de campanhas eleitorais, apesar de agregar inúmeros benefícios para as candidaturas, trouxe alguns problemas que têm atingido não apenas os pretendentes aos cargos públicos eletivos, mas também os provedores de serviços digitais.

O provedor Google, um dos gigantes da internet, tem sido alvo de ações judiciais envolvendo a remoção de conteúdo ofensivo de seu site.

A demora no cumprimento das ordens judiciais já desencadeou ordens de prisão contra executivos da empresa no Brasil, o que culminou na tarde de ontem com a detenção de um deles por agentes da Polícia Federal.

De acordo com o posicionamento majoritário do Judiciário, o Google, a exemplo de outros provedores, não é responsável pela fiscalização prévia do conteúdo veiculado através de seus serviços.

O provedor, porém, passa a ser corresponsável pelo ilícito se, ao tomar ciência do ocorrido, se mantiver inerte.

No caso dos executivos do Google, a empresa descumpriu ordens judiciais expedidas por juízes eleitorais de Pernambuco e Mato Grosso.

Feito isso, eles passaram a ser enquadrados nos crimes de desobediência às determinações da Justiça Eleitoral e descumprimento de ordem judicial, previstos nos artigos 57-F e 347 do Código Eleitoral e também na lei 9.504/97, que estabelece normas para a propaganda eleitoral.

Esses enquadramentos configuram crimes de menor potencial ofensivo (lei 9.099/95), de modo que o ofensor não fica preso.

Neste caso, o executivo, que foi conduzido à delegacia da Polícia Federal, foi ouvido e deve ter assinado um termo circunstanciado relativo à ocorrência antes de ser solto, comprometendo-se a ir à Justiça quando solicitado.

GISELE ARANTES é especialista em direito digital e sócia do escritório Patricia Peck Pinheiro Advogados.

FOLHA DE S. PAULO

Dejuízes e de coronéis

JANJO DE PREITAS

O Supremo, na sessão agitada por repetidas e tensas discussões, pareceu entrar em uma nova etapa

27 SET 2012

VÁRIOS DOS próprios ministros do Supremo Tribunal Federal viram-se compelidos, ontem, a manifestar-se criticamente ao destempero e a certas intervenções “técnicas” do ministro Joaquim Barbosa, revisor no processo dito do mensalão.

O ministro Ricardo Lewandowski, revisor do relatório de Barbosa, cresceu no julgamento, com o cuidado detalhista e a sensibilidade que procura aplicar à fundamentação de cada fato e cada personagem do processo. Foi ouvido de modo muito diferente, em atenção e participação, das anteriores.

O Supremo, na sessão agitada por repetidas e tensas discussões, pareceu entrar em nova etapa. Não do processo: etapa diferente na disposição dos ministros no desenrolar do julgamento.

VELHOS CORONÉIS

Demonstração da seriedade com que os problemas ambientais brasileiros, em particular o de desmatamento/reflorestamento e o dos rios: além de desfigurado em benefício dos grandes proprietários rurais, o Código Florestal foi aprovado na terça-feira pelo Senado por “voto simbólico”.

Ou seja, sem que os senadores tivessem o trabalho mínimo de votar, de fato.

O reflorestamento das margens de rios ficou, no noticiário, como a contrariedade mais importante dos ruralistas com o código como proposto pelo governo.

Esse realce mascarou o motivo real dos anos de resistência dos ruralistas ao código, até que o amoldassem à sua conveniência. Para os

grandes proprietários, o problema maior são as multas por queimadas e desmatamentos, e as dívidas daí decorrentes.

Não consta indicação segura das dívidas feitas pelos ruralistas, mas a ideia a respeito ascende à casa dos R\$ 20 bilhões ou mais.

A falta de precisão se deve à existência de multas estaduais por desmatamento e queimadas, cujo montante é desconhecido até em razão de aliança de governos com os ruralistas. A essas dívidas se somam as decorrentes de multas federais, também por desmatamento e queimadas, que sozinhas passam de R\$ 10 bilhões.

O reflorestamento pretendido pelo projeto do governo, para proteção dos mananciais e das bacias hidrográficas, viria juntar-se ao desmatamento e às queimadas como causa de mais e maiores multas por crimes ambientais.

Além de reduzir as áreas de exploração de terra já desmatada e de desmatamentos ainda a serem feitos, com retirada e venda de sua madeira ribeirinha.

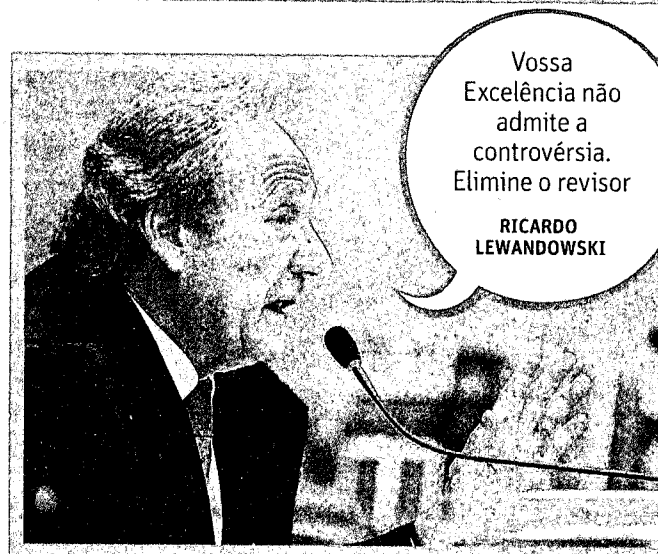
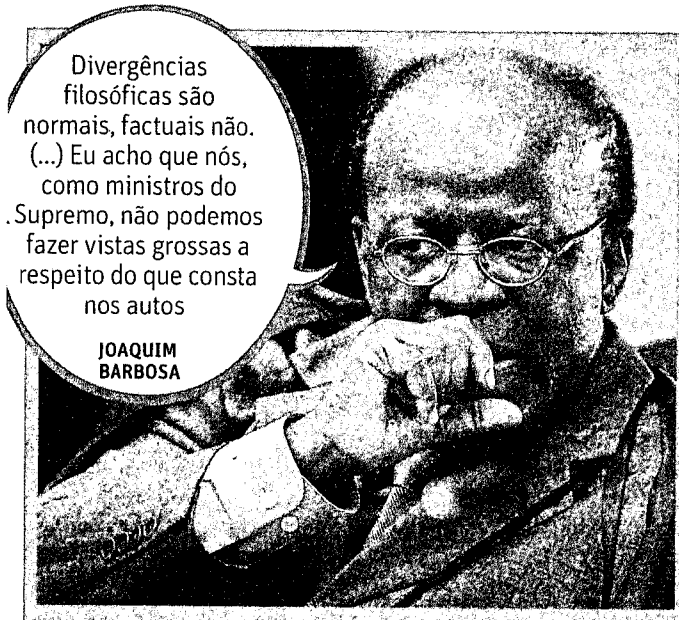
Os coronéis do interior sumiram como tema político. Mas continuam sendo os velhos coronéis como força política no Senado e na Câmara. Enquanto a Fiesp, a CNI, a CNC, a Firjan e outras se supõem força dominante.

27 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

TROCA DE FARPAS

Ministros do STF bateram boca mais uma vez ontem



CONTINUA

27 SET 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“Não será
Vossa Excelência
que me dirá o que
fazer. Por favor, não
me dê conselhos



Vossa Excelên-
cia [Barbosa] está
dizendo que eu estou
fazendo uma leitura
deliberadamente equivocada
dos autos e que quero induzir
meus colegas a erro. Diga
explicitamente! (...)
Estou estupefato,
perplexo



[Barbosa,]
Policie sua lingua-
gem, não há campo
para vossa excelência
ficar agredindo”
MARCO AURÉLIO
MELLO

FOLHA DE S. PAULO

Colégio Rio Branco infringiu o ECA, afirma especialista da OAB

Ao colocar câmeras, escola submeteu alunos a constrangimento

Ao instalar câmeras dentro das salas de aulas, o tradicional colégio paulistano Rio Branco infringiu o Estatuto da Criança e do Adolescente, na opinião de Ariel Castro Alves, vice-presidente da Comissão Especial da Criança e do Adolescente da OAB.

Na segunda-feira, os alunos do ensino médio protestaram ao perceberem as câmeras nas salas —107 foram suspensos por um dia.

Eles disseram que ficaram assustados com os equipamentos e que não foi explicado o porquê da instalação.

O colégio disse que pretende aumentar a segurança na instituição e, indiretamente, melhorar a disciplina nas turmas. E que os alunos foram suspensos porque foi o terceiro protesto em três semanas.

Na opinião de Alves, a instalação das câmeras fere o artigo 232 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

O artigo prevê detenção de seis meses a dois anos a quem “submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento”.

Para o advogado, tanto as câmeras quanto a suspensão constroem os alunos.

A unidade da Bela Vista (centro) do Conselho Tutelar, responsável pela área do colégio, disse ontem que ainda não conhecia o caso.

A infração ao ECA não é unânime entre os especialistas na área. Professor do direito da criança na Faculdade de Direito da USP, Eduardo Tomasevicius Filho diz que o colégio tem respaldo.

Ele afirma que o estatuto prevê que o estudante tenha uma “proteção integral”, o que prevê direito à segurança e à saúde. As câmeras, diz, podem ajudar tanto no primeiro caso quanto no segundo, pois podem evitar casos de bullying, por exemplo.

Por meio da assessoria, o colégio negou que tenha adotado prática vexatória ou que constranja alunos.

27 SET 2012

27 SET 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Fora da eleição

Justiça cassa candidatura do prefeito e, no caso de reeleição, novo pleito será marcado no município porque não há tempo pra recurso

O prefeito de Fazenda Rio Grande, Francisco Luis dos Santos (PSDB), teve sua candidatura à reeleição cassada pela Justiça Eleitoral, por abuso do poder político. A decisão foi tomada em primeira instância e não há tempo do recurso ser julgado antes da eleição. Por isso, o nome de Chico Santos vai parecer na urna eletrônica, no próximo dia 7. Se o atual prefeito for reeleito e a decisão mantida em última instância, o pleito será anulado e nova eleição será marcada no município.

A sentença determinando a cassação de Santos é assinada pelo juiz Marcos Vinícius Christo, da 144.^a Zona Eleitoral, de Fazenda Rio Grande. O magistrado acatou denúncia apresentada pela coligação que apoia o candidato Alisson Anthony Wandscheer (PSB), único adversário do atual prefeito na eleição. A decisão também declara o prefeito e sua vice, Ana Lúcia Pacheco de Andrade (PSD), inelegíveis por oito anos.

Santos é acusado de abuso de poder político e uso indevido de meios de comunicação social. O juiz considerou que dois jornais, "Agora Fazenda" e "Correio Metropolitano", eram usados para enaltecer e divulgar o trabalho do prefeito, com fins eleitorais. "Não se trata de manifestação de opinião favorável ao candidato, mas sim, por mais de um ano, os jornais estavam a serviço da atual gestão", diz a sentença.

Reação

Segundo o parecer do juiz, um funcionário comissionado da prefeitura era responsável por elaborar as matérias publicadas nos jornais. Ele também considera que os veículos, com tiragem semanal superior a 30 mil exemplares, tinham potencial para influir no resultado das eleições. Fazenda Rio Grande tem 60.173 eleitores.

O advogado da coligação que apoia Chico Santos, Geraldo Nogueira, diz que o prefeito ainda não foi comunicado oficialmente da decisão. "Isso nos surpreende, pois a denúncia é totalmente inconsistente. Com certeza vai haver recurso e essa decisão será revertida", aposta. Segundo Nogueira, o material publicado nos jornais era referente à divulgação institucional da prefeitura.

27 SET 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

tribuninhas

Negativo

A 2.ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) acatou defesa apresentada pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) e negou provimento ao recurso interposto pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná, que moveu ação coletiva pedindo a revisão de reajustes e a concessão de diferenças salariais da década de 90 para cerca de 4 mil funcionários da Justiça.

Condena

O revisor do processo do mensalão, Ricardo Lewandowski, votou ontem pela condenação do ex-deputado federal e presidente do PTB, Roberto Jefferson, e do ex-deputado e atual prefeito de Jandaia do Sul, José Borba, por corrupção passiva. Lewandowski inocentou Jefferson e Borba da acusação de lavagem de dinheiro.

Solto

O juiz da 35.ª Zona Eleitoral de Campo Grande (MS), Flávio Saad Peron, expediu alvará de soltura ontem para o diretor-geral do Google no Brasil, Fábio José Silva Coelho, detido pela Polícia Federal em São Paulo por suspeita de crime de desobediência.

27 SET 2012

METRO

Candidatura de Chico Santos é cassada

O juiz Marcos Vinicius Christo cassou ontem a candidatura de Francisco Luiz dos Santos (PSDB) à Prefeitura de Fazenda Rio Grande. Ele e a candidata a vice, Ana Lúcia Pacheco de Andrade (PSD), também estão inelegíveis pelos próximos oito anos. Ainda cabe recurso.

Christo afirma na decisão que “houve abuso de poder político e abuso ou uso indevido de veículos de comunicação social em benefício do candidato”.

O juiz diz que houve propaganda eleitoral fora de época e uso da máquina pública para a confecção de

jornais, que tinham material elaborado por servidores públicos e comissionados em benefício de sua candidatura à reeleição. O material visava “unicamente a promoção pessoal e política do candidato” e a “propaganda negativa de adversários”.

Eleitor já pode tirar dúvida pelo telefone

Começa a funcionar hoje a Central de Atendimento ao Eleitor. Pelo telefone 3330-8880, o TRE-PR (Tribunal Regional Eleitoral) vai esclarecer dúvidas como local de votação e justificativa eleitoral.

O plantão funcionará de segunda a sexta-feira, das 12h às 19h. Neste sábado e

domingo, o atendimento será das 13h às 17h horas. No fim de semana das eleições, será nos seguintes horários: no sábado (6 de outubro), das 9h às 17h, e no domingo (7), das 8h às 17h.

Mais informações podem ser consultadas no site www.tre-pr.jus.br.

Dissídio coletivo dos Correios é julgado hoje

O TST (Tribunal Superior do Trabalho) vai julgar hoje, às 13h30, o dissídio coletivo dos Correios. Isso porque a audiência de conciliação entre os funcionários dos Correios e a empresa, realizada na terça-feira, terminou sem acordo.

Os trabalhadores pedem reajuste salarial de 10%, mas a empresa oferece 5,2%. De acordo com o Sintcom-PR (Sindicato dos Trabalhadores), cerca de 60% da categoria está de braços cruzados. Já os Correios afirmam que mais de 90% dos funcionários estão trabalhando.

Justiça federal vai julgar casos de pirataria

ACORDOS. Segundo uma recente decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), é apenas da Justiça Federal a competência para julgar casos que envolvam direitos autorais em que haja participação de outro país.

A decisão terá efeito sobre o contrabando na fronteira de Foz do Iguaçu, em que a Justiça Estadual não poderá mais analisar os processos.

De acordo com o desembargador federal Elcio Pinheiro de Castro, relator do caso no TRF4, existem diversos tratados internacionais assinados pelo Brasil sobre os direitos autorais, e por isso caberia apenas à Justiça Federal os julgamentos.

A discussão começou em outubro de 2010, em Santa Terezinha de Itaipu, no oeste do Paraná. Um homem foi preso com 240 DVDs piratas comprados no Paraguai, mas a 2ª Vara de Foz do Iguaçu, se declarou impedida de julgar o caso. O Ministério Público contestou e entrou com um recurso no TRF4, que agora foi negado.

27 SET 2012

METRO

Revisor condena Roberto Jefferson

● Ricardo Lewandowski votou pela responsabilização por corrupção do autor da denúncia do mensalão

Autor da denúncia do mensalão, Roberto Jefferson foi condenado ontem no STF (Supremo Tribunal Federal) pelo ministro Ricardo Lewandowski por corrupção passiva. O crime tem pena entre dois e 12 anos de prisão.

O deputado federal casado, porém, foi absolvido do crime de lavagem de dinheiro. A mesma sentença foi aplicada ao ex-líder do PMDB José Borba - hoje prefeito de Jandaia do Sul (PR) -, e ao ex-deputado Romeu Queiroz (PTB-MG).

Lewandowski pediu também a absolvição do ex-primeiro secretário do partido Emerson Palmieri, alegando ausência de provas da participação dele na distribuição de dinheiro.

Jefferson

O presidente do PTB admitiu ter recebido R\$ 4 milhões, que seriam parte de um acordo de R\$ 20 milhões com o PT para pagamento de dívidas de campanhas do PTB nos estados.

Lewandowski apontou que o dinheiro foi repassado com o uso de maletas e saques feitos por terceiros, sem que tenha ficado claro o destinatário. "Roberto Jefferson jamais disse para onde foi esse dinheiro", completou o ministro, lembrando que não houve prestação de contas dos recursos à Justiça eleitoral. "Não houve compra de votos. Foi um acordo político", justificou o advogado de Roberto Jefferson, Luiz Francisco Corrêa Barbosa.

Voto

O ministro revisor concluiu o voto sobre o capítulo que trata de compra de apoio político dos partidos da base aliada. Lewandowski condenou nove dos 13 acusados ligados ao antigo PL, ao PP, ao PTB e ao PMDB e absolveu quatro. O ministro relator, Joaquim Barbosa condenou 12 réus e absolveu apenas o ex-assessor Antônio Lamas.

A sessão será retomada hoje com o voto dos outros oito ministros. A votação começa com a ministra Rosa Weber.

27 SET 2012

JORNAL DO ÔNIBUS

Lewandowski pede condenação de Jefferson

I "Réu confessou, em depoimento à PF, que recebeu dinheiro"

O ministro Ricardo Lewandowski, revisor do mensalão, condenou por corrupção passiva o ex-deputado federal do PTB Roberto Jefferson. Em relação à acusação de lavagem de dinheiro, o ministro absolveu Jefferson. Ontem (26), Lewandowski iniciou o julgamento dos três réus ligados ao PTB. O revisor disse que o próprio réu confessou, em depoimento à Polícia Federal, que recebeu dinheiro de Marcos Valério. "O réu cometeu o crime de corrupção passiva.

Lavagem não restou na espécie, pelas razões já expostas anteriormente. É possível concluir que ele recebeu R\$ 4 milhões". O revisor citou o depoimento de Jefferson descrevendo que o acordo previa o repasse de R\$ 20 milhões do PT ao PTB. "Desses R\$ 20 milhões, o PTB só recebeu R\$ 4,5 milhões e a relação [entre os dois partidos] passou a sofrer um abalo", disse o ministro, contextualizando que, depois disso, o réu veio a público denunciar o esquema.

Prefeito de Jandaia do Sul José Borba é condenado

O revisor do mensalão, ministro Ricardo Lewandowski, também condenou ontem (26) o ex-deputado federal José Borba por corrupção passiva. Para Lewandowski, ficou provado que Borba, então filiado ao PMDB quando do acontecimento dos fatos, recebeu vantagem indevida de R\$ 200 mil pela sistemática montada pelo grupo de

Marcos Valério e pelo Banco Rural. O ministro abriu a sessão de ontem, a vigésima oitava de dedicação exclusiva ao processo conhecido como do mensalão, invertendo a ordem esperada, deixando para depois a análise dos réus ligados ao PTB. Borba, que atualmente é prefeito de Jandaia do Sul (PR) pelo PP, é o único réu que pertencia ao PMDB na época.

Notas Políticas

Prefeito cassado

O prefeito de Fazenda Rio Grande, Chico Santos (PSDB), foi cassado pelo juiz Marcos Vinícios Christo, ontem, por improbidade administrativa e abuso do poder econômico. O tucano concorre à reeleição. A decisão judicial, em primeira instância, levou às ruas os correligionários do seu único adversário na disputa, Alisson Wandscheer (PSB).

27 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

LUÍZ FLÁVIO GOMES

Mensalão: julgamento do STF pode não valer

Muitos brasileiros estão acompanhando e aguardando o final do julgamento do mensalão. Alguns com grande expectativa enquanto outros, como é o caso dos réus e advogados, com enorme ansiedade. Apesar da relevância ética, moral, cultural e política, essa decisão do STF – sem precedentes – vai ser revisada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, com eventual chance de prescrição de todos os crimes, em razão de, pelo menos, dois vícios procedimentais seríssimos que a poderão invalidar fulminantemente.

O julgamento do STF, ao ratificar com veemência vários valores republicanos de primeira linha – independência judicial, repressão da corrupção, moralidade pública, desonestidade dos partidos políticos, retidão ética dos agentes públicos, financiamento ilícito de campanhas eleitorais etc. –, já conta com valor histórico suficiente para se dizer insuperável. Do ponto de vista procedimental e do respeito às regras do Estado de Direito, no entanto, o provincialismo e o autoritarismo do direito latino-americano, incluindo, especialmente, o do Brasil, apresentam-se como deploráveis.

No caso *Las Palmeras* a Corte Interamericana mandou processar novamente um determinado réu (na Colômbia) porque o juiz do processo era o mesmo que o tinha investigado anteriormente. Uma mesma pessoa não pode ocupar esses dois polos, ou seja, não pode ser investigador e julgador no mesmo processo. O Regimento Interno do STF, no entanto (art. 230), distanciando-se do padrão civilizatório já conquistado pela jurisprudência internacional, determina exatamente isso. Joaquim Barbosa, no caso mensalão, presidiu a fase investigativa e, agora,

embora psicologicamente comprometido com aquela etapa, está participando do julgamento. Aqui reside o primeiro vício procedimental que poderá dar ensejo a um novo julgamento a ser determinado pela Corte Interamericana.

Há, entretanto, um outro sério vício procedimental: é o que diz respeito ao chamado duplo grau de jurisdição, ou seja, todo réu condenado no âmbito criminal tem direito, por força da Convenção Americana de Direitos Humanos (art. 8, 2, h), de ser julgado em relação aos fatos e às provas duas vezes. O entendimento era de que, quem é julgado diretamente pela máxima Corte do País, em razão do foro privilegiado, não teria esse direito. O ex-ministro Márcio Thomaz Bastos levantou a controvérsia e pediu o desmembramento do processo logo no princípio da primeira sessão, tendo o STF refutado seu pedido por 9 votos a 2.

O Ministro Celso de Mello, honrando-nos com a citação de um trecho do nosso livro, atualizado em meados de 2009, sublinhou que a jurisprudência da Corte Interamericana excepciona o direito ao duplo grau no caso de competência originária da corte máxima. Com base nesse entendimento, eu mesmo cheguei a afirmar que a chance de sucesso da defesa, neste ponto, junto ao sistema interamericano, era praticamente nula.

Hoje, depois da leitura de um artigo (de Ramon dos Santos) e de estudar atentamente o caso *Barreto Leiva contra Venezuela*, julgado bem no final de 2009 e publicado em 2010, minha convicção é totalmente oposta. Estou seguro de que o julgamento do mensalão, caso não seja anulado em razão do primeiro vício acima apontado

(violação da garantia da imparcialidade), vai ser revisado para se conferir o duplo grau de jurisdição para todos os réus, incluindo-se os que gozam de foro especial por prerrogativa de função.

No Tribunal Europeu de Direitos Humanos é tranquilo o entendimento de que o julgamento pela Corte Máxima do país não conta com duplo grau de jurisdição. Mas ocorre que o Brasil, desde 1998, está sujeito à jurisprudência da Corte Interamericana que sedimentou posicionamento contrário (no final de 2009). Não se fez, ademais, nenhuma reserva em relação a esse ponto. Logo, nosso País tem o dever de cumprir o que está estatuído no art. 8, 2, h, da Convenção Americana (*Pacta sunt servanda*).

A Corte Interamericana (no caso *Barreto Leiva*) declarou que a Venezuela violou o seu direito reconhecido no citado dispositivo internacional, “posto que a condenação proveio de um tribunal que conheceu o caso em única instância e o sentenciado não dispôs, em consequência [da conexão], da possibilidade de impugnar a sentença condenatória.” A coincidência desse caso com a situação de 35 réus do mensalão é total, visto que todos eles perderam o duplo grau de jurisdição em razão da conexão.

CONTINUA

27 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

CONTINUAÇÃO

Mas melhor que interpretar é reproduzir o que disse a Corte: “Cabe observar, por outro lado, que o senhor *Barreto Leiva* poderia ter impugnado a sentença condenatória emitida pelo julgador que tinha conhecido de sua causa se não houvesse operado a conexão que levou a acusação de várias pessoas no mesmo tribunal. Neste caso a aplicação da regra de conexão traz consigo a inadmissível consequência de privar o sentenciado do recurso a que alude o artigo 8.2.h da Convenção.”

A decisão da Corte foi mais longe: inclusive os réus com foro especial contam com o direito ao duplo grau; por isso é que mandou a Venezuela adequar seu direito interno à jurisprudência internacional: “Sem prejuízo do anterior e tendo em conta as violações declaradas na presente sentença, o Tribunal entende oportuno ordenar ao Estado que, dentro de um prazo razoável, proceda a adequação de seu ordenamento jurídico interno, de tal forma que garanta o direito a recorrer das sentenças condenatórias, conforme artigo 8.2.h da Convenção, a toda pessoa julgada por um ilícito penal, inclusive aquelas que gozem de foro especial.”

Há um outro argumento forte favorável à tese do duplo grau de jurisdição: o caso mensalão conta, no total, com 118 réus, sendo que 35 estão sendo julgados pelo STF e outros 80 respondem a processos em várias comarcas e juízos do país (O Globo de 15.09.12). Todos esses 80 réus contarão com o direito ao duplo grau de jurisdição, que foi negado pelo STF para outros réus. Situações idênticas tratadas de forma absolutamente desigual.

Indaga-se: o que a Corte garante aos réus condenados sem o devido respeito ao direito ao duplo grau de jurisdição, tal como no caso mensalão? A possibilidade de serem julgados novamente, em respeito à regra contida na Convenção Americana, fazendo-se as devidas adequações e acomodações no direito interno. Com isso se desfaz a coisa julgada e pode eventualmente ocorrer a prescrição.

Diante dos precedentes que acabam de ser citados parece muito evidente que os advogados poderão tentar, junto à Comissão Interamericana, a obtenção de uma inusitada medida cautelar para suspensão da execução imediata das penas privativas de liberdade, até que seja respeitado o direito ao duplo grau. Se isso inovadoramente viesse a ocorrer – não temos notícia de nenhum precedente nesse sentido –, eles aguardariam o duplo grau em liberdade. Conclusão: por vícios procedimentais decorrentes da baixíssima adequação da eventualmente autoritária jurisprudência brasileira à jurisprudência internacional, a mais histórica de todas as decisões criminais do STF pode ter seu brilho ético, moral, político e cultural nebulosamente ofuscado.

Luiz Flávio Gomes é doutor em direito penal, fundou a rede de ensino LFG. Foi promotor de justiça (de 1980 a 1983), juiz (1983 a 1998) e advogado (1999 a 2001)

27 SET 2012

JORNAL DO ESTADO

CIFRAS

Precatórios

A Secretaria da Fazenda atualizou ontem o volume de recursos liberados pelo Governo do Estado para resgate de títulos precatórios, que vai chegar a R\$ 33,6 milhões. A autorização para os pagamentos foi feita pelo governador Beto Richa no Palácio Iguazu nesta semana. Cerca de 1.100 precatórios com valor unitário de até R\$ 70 mil serão quitados pelo Estado. O primeiro lote beneficiará cerca de 600 credores e soma R\$ 11,69 milhões. O segundo lote, com 506 precatórios, chega a R\$ 21,92 milhões. Para a liquidação deste grupo, o governo já encaminhou a documentação pertinente ao Tribunal de Justiça. O secretário de Estado da Fazenda, Luiz Carlos Haully, disse que o atual governo já isentou do pagamento de débitos tributários as pequenas empresas que deviam até R\$ 10 mil ao fisco e agora está pagando precatórios que há mais de 10 anos não tinham solução. O perdão anunciado no início de maio último, com respaldo na Lei nº 17.082/2012, atingiu 35 mil Créditos de Dívida Ativa (CDAs), totalizando R\$ 52 milhões. “Esta medida beneficiou 16 mil microempresários”, disse o secretário.

27 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

O escolhido e o mensalão

A primeira parte da sabatina de Teori Zavascki, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado, anteontem, esvaziou a versão de que a presidente Dilma Rousseff o indicou para o Supremo Tribunal Federal (STF), passados “apenas” 11 dias da aposentadoria compulsória do ministro Cezar Peluso, para que pudesse participar do julgamento do mensalão e, quem sabe, beneficiar os principais réus do processo, a começar do presumível chefe do esquema, José Dirceu. O benefício se caracterizaria se, assumindo a vaga para a qual foi escolhido, Zavascki pedisse vista dos autos, a pretexto de se inteirar da matéria. Isso adiaria para se sabe lá quando a retomada do julgamento. Além disso, ou alternativamente, o novo ministro, recompondo o colegiado de 11 membros, poderia ser o fiel da balança na hipótese de empate de votos pela condenação e absolvição de acusados.

Segundo a teoria conspiratória abraçada pela oposição e setores da imprensa, ele tenderia a votar a favor dos mensaleiros. Foi a partir dessa perspectiva que os representantes oposicionistas na CCJ arquitetaram o estratagema de estender a sabatina até o início da votação do Código Florestal em plenário, na mesma tarde da terça-feira, quando a sessão teria de ser forçosamente interrompida. Antes, haviam solicitado ao presidente da Casa, José Sarney, que

adiasse a data de inquirição. Foi uma iniciativa inédita em situações do gênero e, de resto, fútil. Afinal, Sarney já havia pinçado o correligionário do PMDB, Renan Calheiros, para relatar a indicação de Teori – tarefa da qual ele se desincumbiu em 48 horas. A oposição conseguiu efetivamente impedir que a sabatina se completasse numa única sessão. Ela será retomada na segunda semana de outubro, depois da primeira rodada das eleições municipais; portanto, e quando o julgamento talvez esteja perto do fim, se não concluído.

Na realidade, o próprio Teori deixou explícita a improcedência desses temores que o deixavam no papel de pau-mandado de uma presidente movida, supostamente, pela intenção de salvar a pele dos companheiros de partido no STF. Embora tivesse evitado responder se pretendia entrar no juízo do mensalão – “quem decide sobre a participação de um juiz é o órgão colegiado do qual vai fazer parte”, esquivou-se –, foi taxativo em relação ao eventual pedido de vistas do processo. Ele invocou o regimento da Corte, segundo o qual o ministro que se declarar habilitado a julgar uma causa poderá fazê-lo, ainda que não tenha acompanhado a leitura do parecer do seu relator. Ora, argumentou, seria “contraditório” ele se declarar apto a participar da primeira votação que se seguir à sua posse e pedir para ler os autos, adiando-a.

Refutou também a suposição

de que, em caso de empate, se manifestaria pela absolvição do acusado. Para ele, trata-se de uma impossibilidade manifesta. “O décimo primeiro voto jamais pode beneficiar o acusado, porque o acusado já está beneficiado pelo empate”, raciocinou, numa alusão ao princípio jurídico *in dubio pro reo*. “O décimo primeiro voto só pode prejudicar o acusado.” Por polidez ou para não antagonizar os senadores dos quais depende para chegar ao Supremo, o sabatinado guardou-se de comentar a suspeita sobre o seu facciosismo, implícita na própria questão. Em vez disso, fez um agrado aos políticos, sustentando a polêmica ideia de que a cassação do mandato de um parlamentar pelo STF, como a do mensaleiro João Paulo Cunha, deve ser ratificada pela Câmara ou o Senado para se efetivar.

Por fim, a propalada escolha de Teori “em tempo recorde” foi desmontada ontem pelo jornal *Valor*, que comparou o prazo transcorrido entre a abertura da vaga no Supremo e a indicação do substituto em 15 casos, a contar de 1994. A regra é a rapidez, a demora, a exceção, mostram as datas. O presidente Itamar Franco levou um dia para indicar Maurício Corrêa. Fernando Henrique levou dois para indicar Gilmar Mendes e quatro para indicar Ellen Gracie. Eros Grau foi indicado por Lula em cinco dias. Afinal, salvo imprevistos, presidentes sabem quando se abrirão as vagas que lhes tocará preencher e podem se preparar a tempo.

27 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Juiz manda prender e depois libera diretor do Google

Por ordem de Flávio Peron, PF deteve em São Paulo executivo por não ter retirado do YouTube vídeos contrários a candidato em Campo Grande (MS)

O diretor-geral do Google Brasil, Fabio José Silva Coelho, foi preso pela Polícia Federal em São Paulo na tarde de ontem, em cumprimento a uma ordem judicial expedida pelo juiz Flávio Saad Perón, da 35.^a Zona Eleitoral de Campo Grande (MS). Após a repercussão do caso, o próprio juiz sul-mato-grossense enviou um alvará de soltura à PF para liberar o executivo. Até as 21 horas, Coelho não havia deixado a sede da PF em São Paulo.

A prisão de Coelho foi motivada pelo descumprimento de uma determinação da Justiça Eleitoral. O Google não retirou do ar vídeos e links postados no YouTube – site de conteúdo audiovisual mantido pela empresa – que foram considerados ofensivos contra o candidato do PP a prefeito de Campo Grande, deputado estadual Alcides Bernal.

Ele entrou com ação e obteve vitória na 35.^a Zona Eleitoral de Campo Grande. Perón determinou a suspensão dos sites Google e YouTube por 24 horas no Estado de Mato Grosso do Sul, assim como a prisão do diretor-geral da empresa, caso a ordem para remover os vídeos não fosse cumprida.

Recurso. O Google entrou com um recurso no Judiciário sul-mato-grossense. Relator do caso no TRE-MS, o juiz Amaury da Silva Kuklinski não aceitou as alegações da empresa e manteve a ordem de prisão. “Conquanto seja um espaço livre e democrático, o uso indevido da internet, na esfera eleitoral, deve ser coibido”, escreveu o magistrado em sua decisão.

O Google alega que a responsabilidade pelo conteúdo dos vídeos postados no YouTube é dos usuários – o site é apenas um intermediário. Dessa forma, segundo a empresa, não seria possível cumprir a determinação da Justiça Eleitoral. O Google tentou recorrer da decisão de Kuklinski, mas não houve tempo hábil para evitar a ação da PF ontem.

Repercussão. Em nota, a PF afirmou que o crime de desobediência, previsto no Código Elei-

toral, pode implicar em pena de até 1 ano de detenção, mas que, como o crime tem “menor potencial ofensivo”, Coelho não seria preso. A notícia da prisão do diretor-geral do Google repercutiu em todo o mundo, divulgada por sites como CNN, BBC e *The New York Times*.

Procurado ontem, o juiz Flávio Perón limitou-se a dizer que seguiu a lei ao “fiscalizar a propaganda eleitoral”. Bernal manteve a versão de que o “episódio tenta prejudicar” sua campanha.

Análise: Tatiana de Mello Dias

Na falta de regras, internet é ameaçada

A detenção de Fabio Coelho é um marco na insegurança jurídica para as empresas de internet no País. E reflete um problema constitucional: a liberdade de expressão, direito de todos, não está garantida na rede.

A decisão do juiz Flávio Peron dá ao intermediário a responsabilidade penal sobre o conteúdo. Casos assim não são incomuns. O Brasil lidera o ranking de remoção de conteúdo no Google: em 2011, foram 194 pedidos. E, se há o risco de uma punição exagerada – como a de Mato Grosso do Sul –, os sites podem começar a fazer censura prévia, filtrando o conteúdo postado por usuários.

A lei eleitoral é de 2009, mas trata a internet como mídia de massa. E o Marco Civil da Internet, conjunto de normas para web, está parado no Congresso. Na falta de regras, vale o entendimento de cada juiz. Para a Eletronic Frontier Foundation, que luta pelos direitos na internet, o caso é “absurdo” e explicita a necessidade de proteção aos intermediários. Twitter e YouTube deram ignição a revoluções como a Primavera Árabe. Garantir os direitos fundamentais passa pela internet.

● **Silêncio**
O Google Brasil não se pronunciou na noite de ontem sobre a prisão de seu diretor-geral

27 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Plano de Dilma

prevê tirar 38 mil

crianças de abrigos

Proposta ainda destaca combate à exploração sexual nas cidades da Copa e mais unidades para internar adolescentes infratores

O governo federal prepara o lançamento do plano Brasil Protege, que cria uma rede de assistência para crianças e adolescentes. Organizado em três eixos, e desenhado desde o ano passado, ele será divulgado pela presidente Dilma Rousseff em meio às comemorações do Dia da Criança, em outubro. O foco inicial do plano será o atendimento a cerca de 38 mil crianças que vivem hoje em abrigos no País.

A proposta é restabelecer vínculos familiares ou incluí-las em programas de adoção. A avaliação é de que esses meninos estão sendo duplamente abandonados: pelas famílias e pelo Estado.

Outro eixo do Brasil Protege é a adoção de medidas para o combate à exploração sexual, especialmente nas cidades-sede da Copa de 2014. O plano traz ainda o fortalecimento das ações do Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (Sinase), direcionado para adolescentes em conflito com a lei.

Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Miriam Maria José dos Santos afirma que o grupo ainda está avaliando as propostas do governo, mas ressalta a importância da iniciativa. “O melhor lugar para uma criança é perto da família, seja aquela de origem ou uma substituta.”

OS TRÊS EIXOS

● Abrigos

Ações para fortalecer vínculos familiares de crianças, além de políticas de adoção.

● Violência sexual

Capacitação de professores, profissionais da área de saúde e assistentes sociais para identificar vítimas, padronização dos registros da violência em uma ficha

única e combate à exploração sexual nas cidades-sede da Copa de 2014.

● Adolescentes infratores

Fortalecimento do Sistema Nacional de Medidas Socioeducativas (Sinase), construção e reforma das unidades de internação e inclusão dos jovens em programas profissionalizantes.

Crimes. O plano do governo também busca enfrentar o problema dos adolescentes em conflito com a lei. O Brasil Protege prevê a elaboração de um diagnóstico da situação do Sinase, a construção e a reforma das unidades de internação e a inclusão desses jovens em cursos profissionalizantes.

Dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) registraram mais de 90 mil ocorrências envolvendo adolescentes. Desses, 29,5 mil estão cumprindo medidas socioeducativas – 17 mil com restrição de liberdade.

Assim como delegacias e presídios, as unidades de internação estão superlotadas e não têm infraestrutura adequada. No último monitoramento do Subcomitê de Prevenção da Tortura (SPT), os representantes da ONU visitaram dez unidades no País específicas para o atendi-

mento de crianças e adolescentes. O cenário, segundo eles, é “preocupante”. O subcomitê sustenta que a rotina nas unidades visitadas é marcada por tortura e maus-tratos. “Precisamos de uma revolução. O que temos hoje como unidades de internação se assemelham a campos de concentração”, sustenta a presidente do Conanda.

Promessa. Durante a campanha e em seu discurso de posse, a presidente Dilma Rousseff prometeu “governar para as gerações futuras”. O novo plano será o primeiro dedicado exclusivamente ao combate a violações de direitos humanos. Em julho, durante a 9.ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Dilma afirmou que “uma grande nação deve ser medida por aquilo que faz para as suas crianças e adolescentes”.

27 SET 2012

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RALY

Goodfellas

A tensa sabatina de Teori Zavascki na CCJ do Senado parece ter deixado Rosa Weber aliviada. “Ela não está mais sozinha, deve estar feliz”, comentou, com colegas, um dos ministros do Supremo.

Os questionamentos dos parlamentares à magistrada foram duríssimos – considerados deselegantes por alguns. Tanto que a ministra reforçou seu staff para enfrentar a batalha do mensalão – seu primeiro julgamento de peso.